

EXERCÍCIO
2021

CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL

....

CAMPOS DE JÚLIO

Processo: 412430/2021

Conselheiro
Valter Albano
Relator

tce
mt



Sumário

1.	Peças de Planejamento	9
2.	Análise do Desempenho da Gestão – Período de 2018 a 2021	11
2.1.	Desempenho Fiscal.....	11
2.1.1.	Receitas Orçamentárias.....	11
2.1.1.1.	Receitas Correntes:	13
2.1.1.2.	Receita Tributária Própria:	16
2.1.1.3.	Transferências Correntes:	17
2.1.1.3.1.	Dependência da Cota-parte do FPM, do ICMS, Repasse do SUS e FETHAB em relação a Receita Corrente	18
2.1.1.4.	Principais Tributos: ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.	19
2.1.1.4.1.	Principais Tributos <i>per capita</i> : ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.	21
2.1.1.5.	Dependência das Transferências e evolução dos principais Tributos	23
2.1.1.6.	Dívida Ativa	24
2.1.2.	Despesas Orçamentárias:	25
2.1.2.1.	Despesas Correntes:	29
2.1.2.1.1.	Investimentos	32
3.	Resultados da Execução Orçamentária:	34
4.	Resultado Financeiro (Balanço Patrimonial):	35
5.	Dívida Pública:	36
6.	Limites Constitucionais e legais:	38
6.1.	Educação	38
6.1.1.	Aplicação na Educação (art. 212, da C.F.)	38
6.1.2.	Contribuição e Receitas na Educação Básica	40
6.1.3.	Recursos do FUNDEB gastos com Remuneração dos Profissionais da Educação:.....	41
6.2.	Saúde:.....	42
6.3.	Gasto com Pessoal:	44
6.3.1.	Despesa com Pessoal do Poder Executivo	44
6.3.2.	Despesa com Pessoal do Município.....	46
6.4.	Repasse ao Poder Legislativo:	47
6.5.	Síntese da Observância dos Principais Limites	48
7.	Indicadores	49
7.1.	Carga Tributária <i>per capita</i>	49





7.2.	Investimento <i>per capita</i>	50
7.3.	Indicador de Poupança Corrente.....	52
7.4.	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.....	53
8.	COVID-19.....	55
8.1.	Receitas e Despesas – Covid-19	55
8.2.	Receita Arrecadada x Despesa Realizada – Covid-19.....	58
9.	Do Relatório Técnico de Auditoria: Secex de Receita e Governo	59
10.	Parecer do Ministério Público de Contas.....	60





Sumário de Quadros

Quadro 1 - Características do município.....	8
Quadro 2 - Peças de Planejamento	9
Quadro 3 - Distribuição Orçamentária por Unidade.....	10
Quadro 4 - Demonstrativo das Alterações do Orçamento	10
Quadro 5 - Alterações orçamentárias por Recursos/ Fonte de Financiamento.....	11
Quadro 6 – Evolução da Receita Estimada – 2017 a 2020 – Atualizada pelo IPCA.....	11
Quadro 7 - Receita Arrecadada - 2018 a 2021 - Atualizada pelo IPCA.....	12
Quadro 8 - Receita Tributária Própria – 2018 a 2021 - Atualizada pelo IPCA.....	16
Quadro 9 - Resultados de Gestão - Receitas 2018 a 2021 - Campos de Júlio - (R\$ Milhares) - Atualizado pelo IPCA	23
Quadro 10 - Saldo da Dívida Ativa - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA	25
Quadro 11 - Despesa Orçamentária por Função.....	26
Quadro 12 - Despesas Orçamentárias por Natureza - 2018 a 2021	27
Quadro 13 -Despesas Orçamentárias por Natureza - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA	28
Quadro 14 - Despesas 2018 a 2021 - Campos de Júlio – Atualizada pelo IPCA.....	32
Quadro 15 - Despesa de Investimento em Relação à Despesa Total – Atualizada pelo IPCA.....	33
Quadro 16 - Despesas Liquidadas com Investimento	33
Quadro 17 - Comparativo entre Orçado e Executado - R\$ (excluídas as intraorçamentárias)	34
Quadro 18 - Resultado Orçamentário	34
Quadro 19 - Histórico da Execução Orçamentária - R\$ - Atualizada pelo IPCA	35
Quadro 20 - Resultado Financeiro	36
Quadro 21 - Dívida Pública	37
Quadro 22 - Saldo da Dívida Pública - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA	37
Quadro 23 - Receitas com Percentual Vinculado à Educação	38
Quadro 24 - Despesas Realizadas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	39
Quadro 25 - Aplicação na Educação (art. 212 CF) - 2018 a 2021.....	39
Quadro 26 - Contribuição e Receitas do FUNDEB	40
Quadro 27 - Cálculo do Limite Constitucional da Remuneração dos Profissionais do Magistério	41
Quadro 28 - Remuneração dos Profissionais do Magistério (%) - 2018 a 2021.....	41
Quadro 29 - Receitas com Percentual Vinculado à Saúde.....	42
Quadro 30 - Despesas Realizadas com a Saúde - R\$	43
Quadro 31 - Gastos com Saúde (%) - 2018 a 2021.....	43
Quadro 32 - Base de Cálculo: Pessoal - RCL.....	45





Quadro 33 - Despesa com Pessoal - Consolidado	46
Quadro 34 - Despesa com Pessoal do Município (%)	46
Quadro 35 - Histórico de Despesa com Pessoal (%) - 2018 a 2021	46
Quadro 36 - Repasse para o Legislativo - Art.29-A, CF/88	48
Quadro 37 - Repasse para o Legislativo (%) - 2018 a 2021	48
Quadro 38 - Principais Limites Constitucionais e Legais alcançados	48





Sumário de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição Orçamentária	10
Gráfico 2 – Evolução da Receita Estimada – Atualizada pelo IPCA	11
Gráfico 3 - Composição da Receita Arrecadada - 2021	13
Gráfico 4 - Histórico das Receitas Correntes - 2018 a 2021 (R\$ Milhões) – Atualizada pelo IPCA	14
Gráfico 5 - Crescimento das Receitas Correntes - 2018/2021 – Atualizada pelo IPCA	14
Gráfico 6 - Receita Corrente <i>per capita</i> - 2021 (R\$)	15
Gráfico 7 - Evolução das Transferências Correntes (Liq. Deduções) – Atualizada pelo IPCA	15
Gráfico 8 - Receita Arrecadada x Receita Tributária Própria – Atualizada pelo IPCA	17
Gráfico 9 - Dependência dos municípios em relação as Transferências Correntes / Relação as Receitas Correntes - 2018 a 2021	18
Gráfico 10 - Percentual de Dependência dos municípios em relação a Cota-parte FPM, ICMS, do Repasse do SUS e do FETHAB / Receita Corrente – Atualizado pelo IPCA	19
Gráfico 11 - Variação dos Principais Tributos - 2018/2021 – Atualizado pelo IPCA	20
Gráfico 12 - Evolução dos Principais Tributos - Município - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA	21
Gráfico 13 - ISSQN <i>per capita</i> - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA	21
Gráfico 14 - IPTU <i>per capita</i> - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA	22
Gráfico 15 - ITBI <i>per capita</i> - 2018 a 2021 - Atualizado pelo IPCA	22
Gráfico 16 - Taxas <i>per capita</i> - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA	23
Gráfico 17 - Saldo da Dívida Ativa x % Recebimento da Dívida Ativa – Atualizado pelo IPCA	25
Gráfico 18 - Evolução das Despesas Realizadas - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA	27
Gráfico 19 - Despesas Realizadas por Natureza - 2021	28
Gráfico 20 - Histórico das Despesas	29
Gráfico 21 - Evolução das Despesas Correntes - Município - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA	30
Gráfico 22 - Evolução das Despesas Correntes <i>per capita</i> - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA	30
Gráfico 23 - Despesas Correntes <i>per capita</i> x Carga Tributária <i>per capita</i> - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA	31
Gráfico 24 - Evolução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais <i>per capita</i> - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA	32
Gráfico 25 - Despesa de investimento x Despesa Total	33
Gráfico 26 - Resultado Orçamentário – Atualizado pelo IPCA	35
Gráfico 27 - Quociente da Situação Financeira - Município - 2018 a 2021	36
Gráfico 28 - Saldo da Dívida Pública – Atualizada pelo IPCA	37
Gráfico 30 - Investimentos em Educação por Aluno - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA	40
Gráfico 31 - % Aplicado na Remuneração do Magistério	41





Gráfico 32 - % Aplicado na Saúde	43
Gráfico 33 - Despesa com Saúde <i>per capita</i> - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA.....	44
Gráfico 34 - % Aplicado com Despesa de Pessoal do Poder Executivo	45
Gráfico 355 - % Aplicado com Despesa de Pessoal do Município	47
Gráfico 36 - Evolução da Receita Corrente Líquida e Despesa de Pessoal do Poder Executivo e do Município – Atualizada pelo IPCA.....	47
Gráfico 39 - % de Investimento por Receitas Correntes - 2018 a 2021	51





PROCESSO : 41.243-0/2021
ASSUNTO : Contas Anuais – Exercício de 2021
INTERESSADO : Prefeitura Municipal de Campos de Júlio
RESPONSÁVEL : Irineu Marcos Parmeggiani
RELATOR : Conselheiro Valter Albano da Silva

Relatório – Governo

1. Trata o processo das Contas Anuais de Governo do Município de **Campos de Júlio**, referentes ao exercício de **2021**, gestão do senhor **Irineu Marcos Parmeggiani**, submetido à análise deste Tribunal de Contas em razão da competência disposta nos § 1º e 2º, e *caput*, do art. 31 da Constituição da República, combinado com o inc. I do art. 210 da Constituição Estadual e com o inc. I do art. 1º da Lei Complementar Estadual 269, de 29/01/2007 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas. Estas contas representam o desempenho dos Poderes Executivo e Legislativo.

Localização geográfica do Município de Campos de Júlio





QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO		
Data de Criação		28/11/1994
Área geográfica		6802 km²
Distância da Capital		581 km
População – IBGE		7.245 Habitantes
PARECER PRÉVIO PELO TCE - MT (2018 a 2020)		
Exercício	Responsável	Parecer
2018	José Odil da Silva	Parecer Prévio Favorável
2019	José Odil da Silva	Parecer Prévio Favorável
2020	José Odil da Silva	Parecer Prévio Favorável

Fontes: IBGE, INEP, Site TCE MT(Contas Anuais)

2. As presentes contas foram apresentadas com os respectivos demonstrativos contábeis e encaminhadas pelo citado gestor e pelo contador do município, senhor **Sergio Norberto da Silva**, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade – CRC-MT sob o número 005229/O-6.

3. Durante o exercício analisado, o sistema de Controle Interno do Município ficou sob a responsabilidade do senhor **Geraldo Ferreira Soares Junior**, Controlador Interno municipal.

4. Com o intuito de realizar análise complementar, os resultados de Campos de Júlio foram comparados com a média do grupo em que o município está inserido, de acordo com o IGFM-MT/TCE, ou seja, **Grupo 2 - com população entre 5.001 e 10.000 habitantes**. Os resultados foram também comparados com a média geral dos municípios do Estado de Mato Grosso.

5. A classificação de agrupamento populacional segue o seguinte critério:

- Grupo 1 – municípios com até 5.000 habitantes
- **Grupo 2 - municípios entre 5.001 e 10.000 habitantes**
- Grupo 3 - municípios entre 10.001 e 20.000 habitantes
- Grupo 4 - municípios entre 20.001 e 50.000 habitantes
- Grupo 5 - municípios acima de 50.000 habitantes

6. Foram examinados os resultados da Gestão Fiscal de **Campos de Júlio** em 2021, comparados aos obtidos nos anos de 2018 a 2020, com valores atualizados pelo índice IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de 31.12.2021.





1. Peças de Planejamento

Plano Plurianual – PPA - Lei que estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Vigora por quatro anos, sendo elaborado no primeiro ano do mandato presidencial, abrangendo até o primeiro ano do mandato seguinte¹.

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO) - Estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos².

Lei Orçamentária Anual (LOA) - É a lei orçamentária propriamente dita, possuindo vigência para um ano. Ela estima a receita e fixa a despesa do exercício financeiro, ou seja, aponta como o governo vai arrecadar e como irá gastar os recursos públicos³.

Créditos Adicionais - São eles autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento. Em outras palavras, os créditos adicionais são instrumentos de ajustes orçamentários, sendo “fundamental para oferecer flexibilidade e permitir a operacionalidade de qualquer sistema orçamentário” e que visam a atender as seguintes situações: corrigir falhas da LOA; mudança de rumos das políticas públicas; variações de preço de mercado de bens e serviços a serem adquiridos pelo governo; e situações emergenciais imprevistas⁴.

7. O Poder Executivo elaborou as três peças de planejamento – o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA e as enviou a este Tribunal para subsidiar a análise das contas anuais, conforme demonstrado no Quadro 2:

QUADRO 2 - PEÇAS DE PLANEJAMENTO

PEÇAS DE PLANEJAMENTO	NÚMERO DO PROCESSO	NÚMERO DA LEI	DATA DA LEI	AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PPA	37.481-4/2017	848/2017	11/10/2017	-
LDO	27.426-7/2020	1.151/2020	26/06/2020	-
LOA	27.430-5/2020	1.178/2020	25/11/2020	5,00%

Fontes: [Control P e Sistema Aplic.](#)

8. A LOA estimou a receita e fixou a despesa do Município em **R\$ 62.441.628,61**

¹ <http://www.tesouro.gov.br/pt/-/glossario>

² <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>

³ <https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/lei-orcamentaria-anual-loa>

⁴ <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14D110A73014D1EFE5B2520D8>





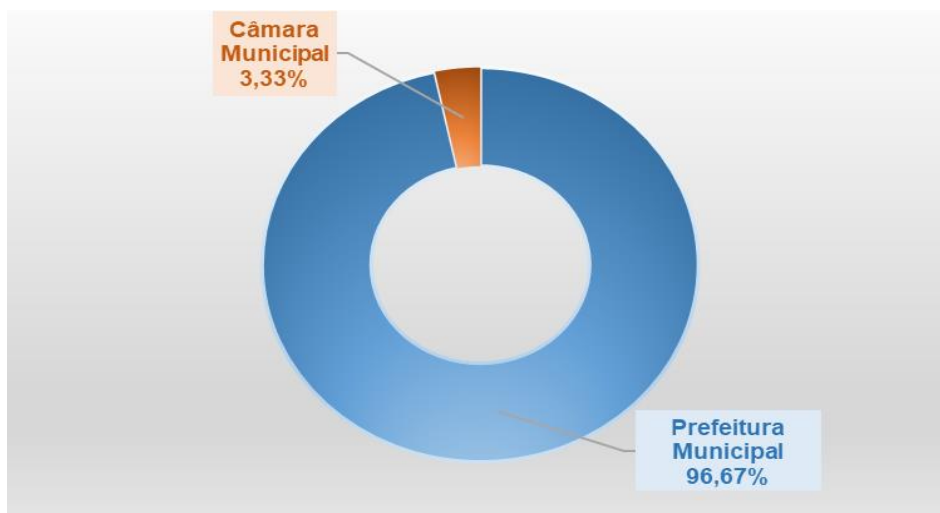
(sessenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, seiscentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos), com autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de **5%** (cinco centésimos percentuais) do orçamento, tendo a distribuição por órgão e entidade demonstrada no Quadro 3:

QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE

	VALOR (R\$)	% Desp
Administração Direta	62.441.628,61	100,00%
Prefeitura Municipal	60.363.804,82	96,67%
Câmara Municipal	2.077.823,79	3,33%
Total Geral Fixado	62.441.628,61	100,00%

Fontes: LOA e Site TCE MT(Contas Anuais)

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA



9. Durante o exercício de 2021, ocorreram diversas alterações orçamentárias, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares e/ou especiais, que modificaram o valor do orçamento inicial, conforme exposto no Quadro 4:

QUADRO 4 - DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO

Orçamento inicial		R\$ 62.441.628,61
créditos adicionais	suplementar	R\$ 16.921.942,68
	especial	R\$ 14.903.265,24
	extraordinário	R\$ 152.300,00
Redução		R\$ 13.565.942,17
Orçamento Final		R\$ 80.853.194,36
Variação% OF/OI		29,49%
Alterações% - Créditos Adicionais/ Orç. Inicial		51,21%

Fontes: LOA e Site TCE MT(Contas Anuais)





QUADRO 5 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR RECURSOS/ FONTE DE FINANCIAMENTO

Recursos / Fonte de Financiamento	Total
Anulação de Arrecadação	13.565.942,17
Excesso de Arrecadação	8.042.634,28
Superávit Financeiro	10.368.931,47
Total Créditos Adicionais	31.977.507,92

Fontes: [Contas Anuais](#)

10. A série histórica da Lei Orçamentária, no período de 2018 a 2021, indica que a Administração Municipal aumentou a estimativa de suas receitas, exceto em 2021, conforme se pode observar no Quadro 6:

QUADRO 6 – EVOLUÇÃO DA RECEITA ESTIMADA – 2017 A 2020 – ATUALIZADA PELO IPCA

	2018	2019	2020	2021
Receita Estimada - R\$	59.016.904,03	63.392.284,00	63.571.108,16	62.441.628,61
Variação %	-	7,41%	0,28%	-1,78%

Fonte: [Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA ESTIMADA – ATUALIZADA PELO IPCA



Fonte: [Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)

2. Análise do Desempenho da Gestão – Período de 2018 a 2021

2.1. Desempenho Fiscal

2.1.1. Receitas Orçamentárias

São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. As receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja





finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. É por meio dessa receita que o gestor viabiliza a execução das políticas públicas.

11. As receitas efetivamente arrecadadas pelo Município totalizaram **R\$ 81.928.963,58** (oitenta e um milhões, novecentos e vinte e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

12. A série histórica das receitas orçamentárias do Município, no período de 2018 a 2021, revela crescimento da arrecadação, conforme demonstrado no Quadro 7:

QUADRO 7 - RECEITA ARRECADADA - 2018 A 2021 - ATUALIZADA PELO IPCA

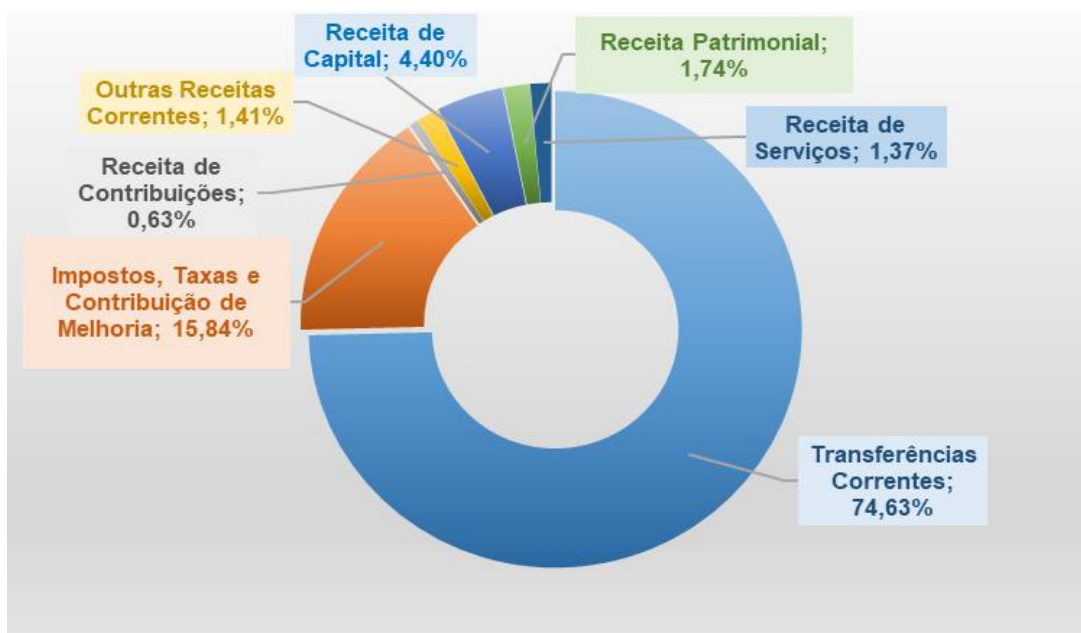
Origens das Receitas	2018	2019	2020	2021
Receitas Correntes (Bruta)	66.821.779,77	71.963.028,50	73.669.794,46	89.506.612,81
Receitas Correntes (liq. Ded)	58.267.560,34	63.208.683,80	64.936.005,67	78.326.616,46
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	9.114.962,61	10.988.985,00	9.686.454,97	13.310.350,07
Receita de Contribuições	427.664,29	557.551,47	562.241,21	514.729,77
Receita Patrimonial	179.208,47	282.542,75	80.674,87	1.427.354,90
Receita de Serviços	773.891,11	975.410,95	993.685,84	1.125.114,51
Transferências Correntes	55.551.747,29	58.428.911,63	61.115.583,30	71.970.313,82
Outras Receitas Correntes	774.306,00	729.626,70	1.231.154,27	1.158.749,74
Receitas de Capital	327.472,49	1.593.982,81	2.300.225,13	3.606.346,01
Alienação de Bens	0,00	50.627,45	469.302,86	46.068,43
Amortização de Empréstimos	0,00	6.285,78	18.491,40	18.802,74
Transferências de Capital	327.472,49	1.537.069,58	1.812.430,87	3.541.474,84
Receitas Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções	-8.554.219,43	-8.754.344,70	-8.733.788,79	-11.183.995,24
FUNDEB	-8.453.312,58	-8.640.885,55	-8.403.292,22	-10.822.920,27
Renúncia de Receita	0,00	-113.459,14	0,00	0,00
Outras Deduções	-100.906,85	0,00	-330.496,57	-357.076,08
Receita de Capital	0,00	0,00	0,00	-3.998,89
Total das Receitas (excluído as intraorçamentárias)	58.595.032,84	64.802.666,61	67.236.230,80	81.928.963,58
% Variação	-	10,59%	3,76%	21,85%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





GRÁFICO 3 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA ARRECADADA - 2021



13. O Gráfico 3 apresenta a relação das receitas, por origem, e com seu total arrecadado no exercício. Destaca-se que 74,63% (setenta e quatro inteiros e sessenta e três centésimos percentuais) da receita é proveniente das Transferências Correntes.

2.1.1.1. Receitas Correntes:

As Receitas Correntes são as provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); e, por fim, das demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

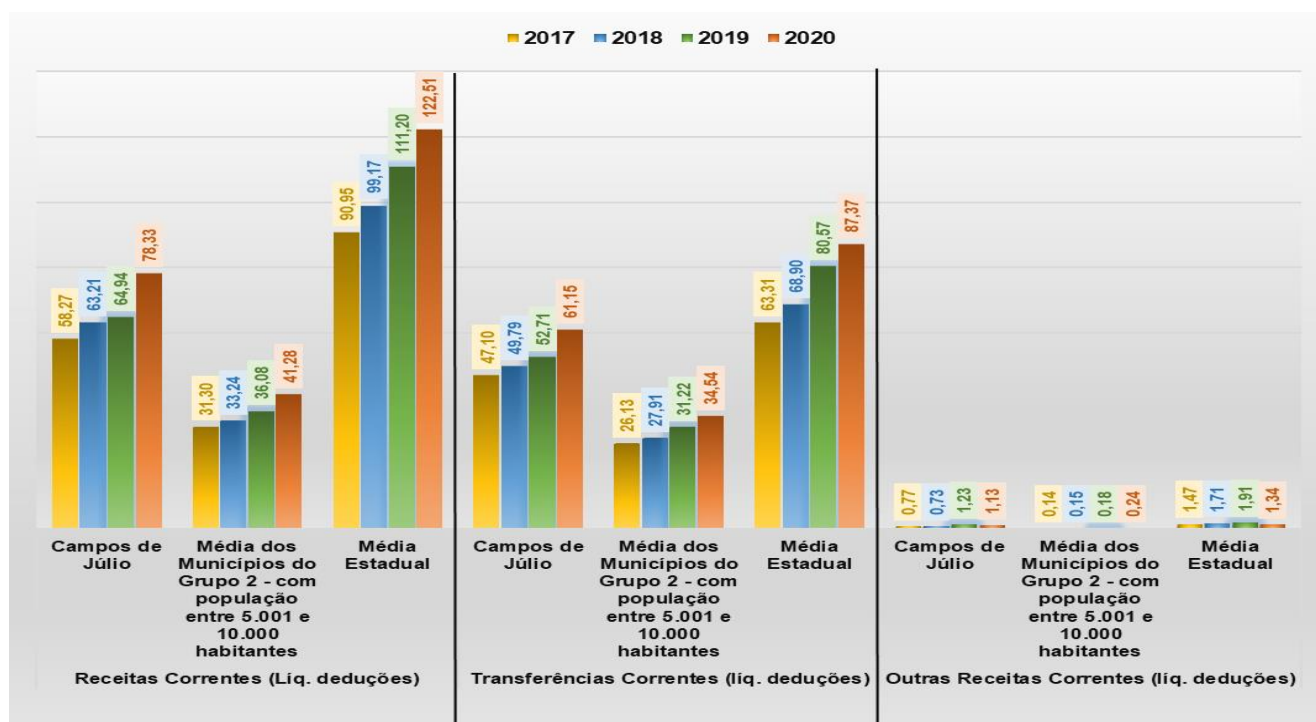
14. Um dos itens detalhadamente examinados neste trabalho foi a **gestão das Receitas Correntes**. Isso porque sua análise envolve também a política tributária do Município; o estudo da Receita Corrente de um município reflete também a ação governamental na instituição, cobrança e arrecadação dos tributos desse município. Os Gráficos 4 e 5 demonstram o histórico da arrecadação das receitas correntes, com aumento de **34,43%** (trinta e quatro inteiros e quarenta e três centésimos percentuais), no período de 2018 a 2021, ficando acima da média dos municípios do Grupo 2, 31,88% (trinta e um inteiros e oitenta e oito centésimos percentuais), e abaixo da média estadual,





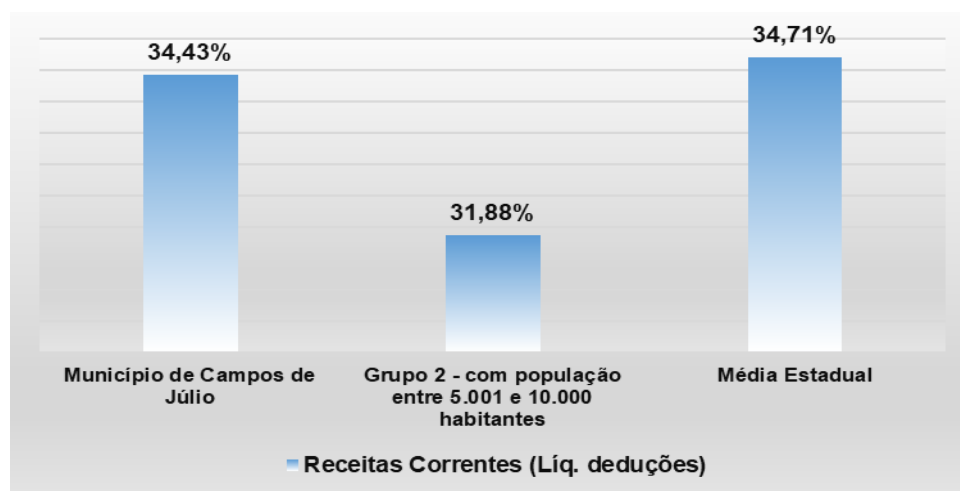
34,71% (trinta e quatro inteiros e setenta e um centésimos percentuais). No mesmo intervalo de tempo, as Transferências Correntes aumentaram em 29,83% (vinte e nove inteiros e oitenta e três centésimos percentuais) e as outras receitas correntes aumento 45,93% (quarenta e cinco inteiros e noventa e três centésimos percentuais).

GRÁFICO 4 - HISTÓRICO DAS RECEITAS CORRENTES - 2018 A 2021 (R\$ MILHÕES) – ATUALIZADA PELO IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

GRÁFICO 5 - CRESCIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES - 2018/2021 – ATUALIZADA PELO IPCA



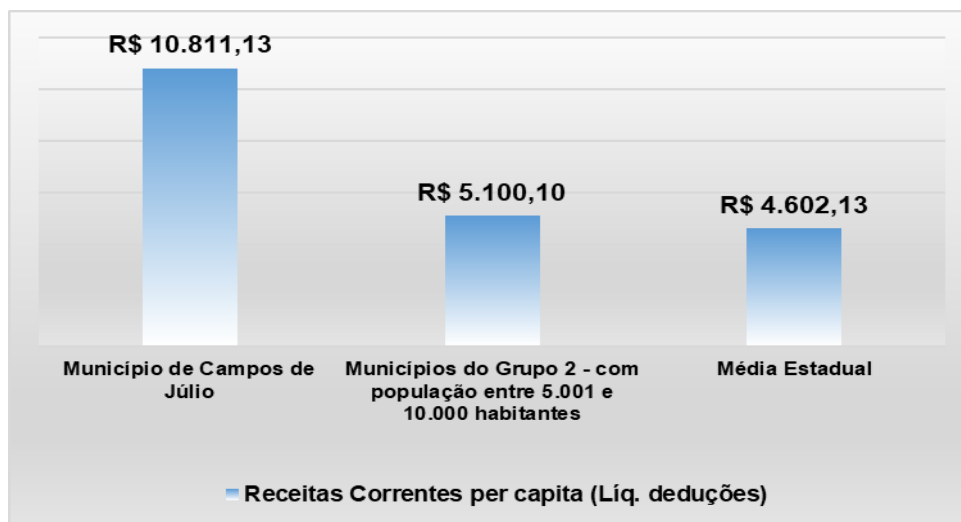
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





15. A Receita Corrente *per capita* do Município de Campos de Júlio, no exercício de 2021, ficou acima da média dos municípios do Grupo 2 e acima da média estadual.

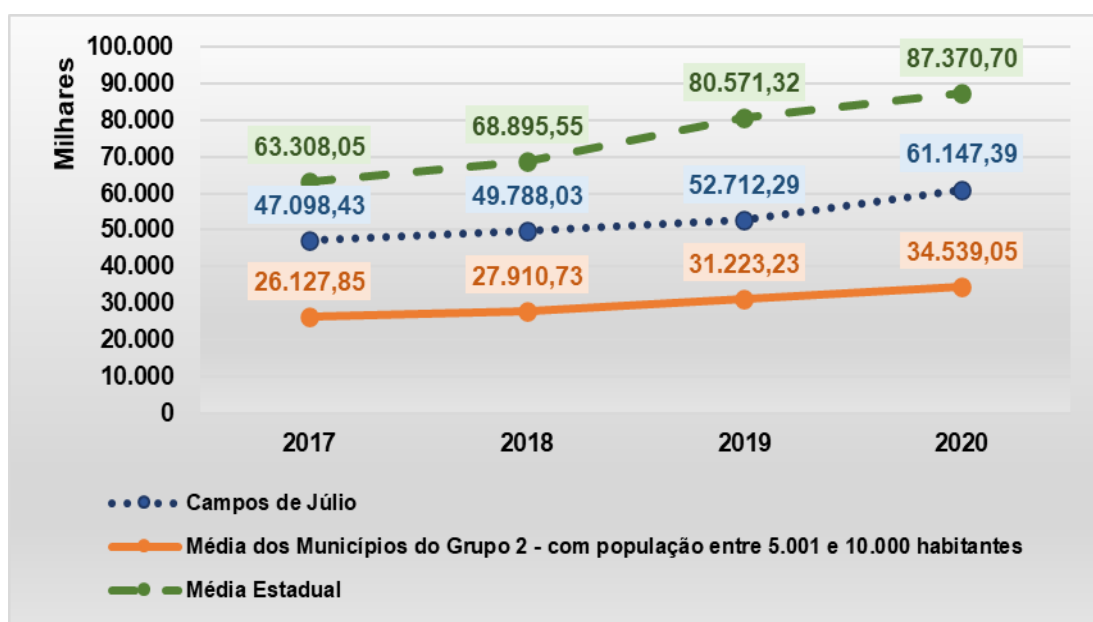
GRÁFICO 6 - RECEITA CORRENTE *PER CAPITA* - 2021 (R\$)



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

16. O Gráfico 7 demonstra o histórico das Transferências Correntes, no período de 2018 a 2021.

GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (LIQ. DEDUÇÕES) – ATUALIZADA PELO IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





2.1.1.2. Receita Tributária Própria:

Compreende o somatório das receitas de impostos de competência própria municipal, das taxas e contribuições, e da receita da dívida ativa.

17. A Receita Tributária Própria, em relação ao total de receitas arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, atingiu o percentual de **15,84%** (quinze inteiros e oitenta e quatro centésimos percentuais), conforme se observa no Quadro 8:

QUADRO 8 - RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA – 2018 A 2021 - ATUALIZADA PELO IPCA

RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA - RTP	2018	2019	2020	2021	% (RECEITA PRÓPRIA - 2021/ RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA - 2021)
Impostos, Taxas e Contribuições	8.593.425,42	10.455.712,84	8.799.009,89	6.675.218,67	8,15%
IPTU	480.966,56	490.042,63	453.276,09	661.776,34	0,81%
IRRF	1.967.966,53	1.884.204,13	1.995.381,06	2.362.103,67	2,88%
ISSQN	3.537.261,83	3.906.323,52	3.633.756,72	568.717,98	0,69%
ITBI	1.829.665,63	3.042.921,21	1.505.906,05	1.874.030,85	2,29%
Taxas	777.564,87	1.132.221,35	887.303,00	1.127.707,57	1,38%
Contribuição De Melhoria	0,00	0,00	323.386,97	80.882,26	0,10%
Multas e Juros de Tributos	52.705,28	76.938,85	133.136,35	5.032.981,90	6,14%
Dívida Ativa	358.177,78	331.418,77	356.540,65	1.183.816,84	1,44%
Multas e Juros Dívida Ativa	9.747,29	11.455,40	67.271,51	87.744,32	0,11%
Total	9.014.055,77	10.875.525,86	9.355.958,40	12.979.761,73	15,84%
Variação %	-	20,65%	-13,97%	38,73%	
Variação% (2018/2021)	43,99%				
Variação média%	15,14%				
% (receita própria/ Receita Arrecadada Líquida	15,38%	16,78%	13,92%	15,84%	

Fonte: Sistema Aplic – Atualizado em 31/05/2022

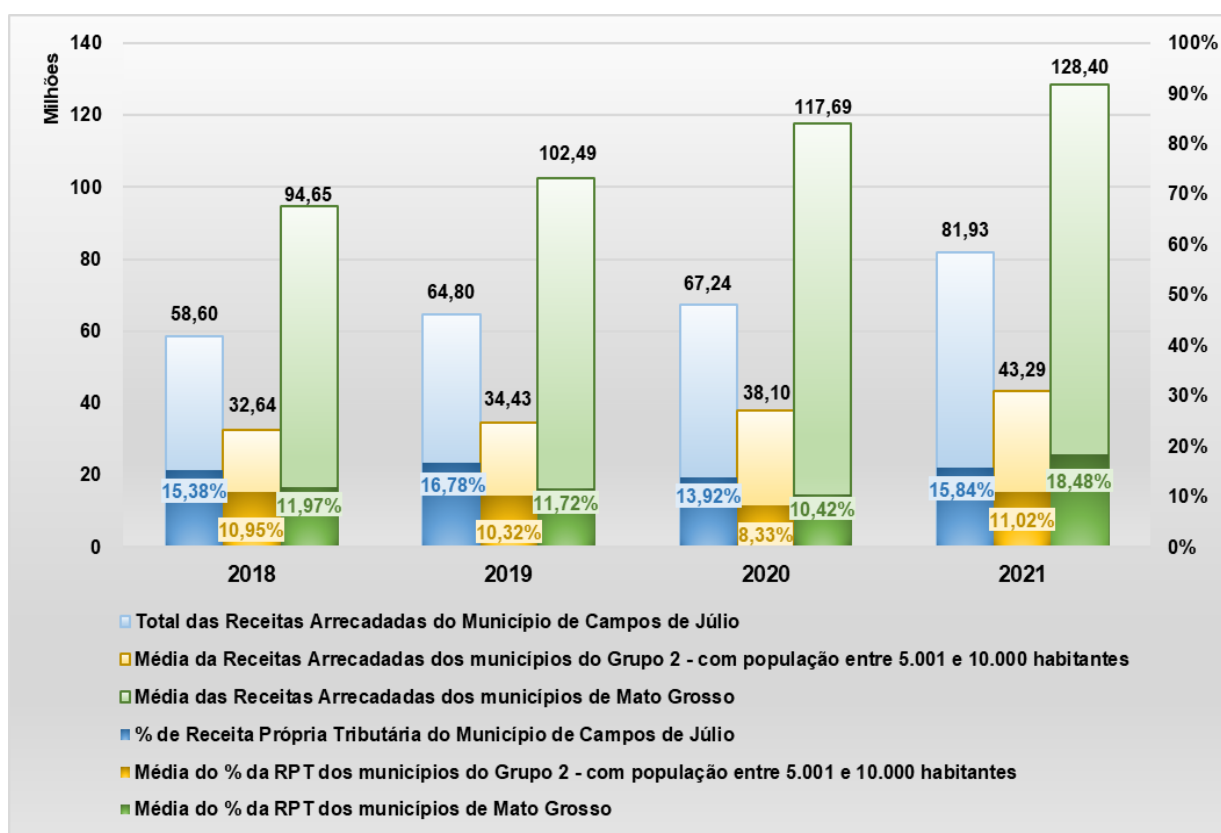
18. As **Receitas Tributárias Próprias** tiveram incremento de **43,99%** (quarenta e três inteiros e noventa e nove centésimos percentuais), no período de 2018 a 2021. Todavia esse aumento foi suficiente para reduzir o nível de dependência do município em relação às transferências, que passaram de 80,83% (oitenta inteiros e oitenta e três centésimos percentuais), em 2018, para 78,07% (setenta e oito inteiros e sete centésimos percentuais), em 2021.





19. O Gráfico 8 demonstra a relação entre as **receitas tributárias próprias** e as receitas arrecadadas no período de 2018 a 2021. O Município de Campos de Júlio apresentou crescimento percentual no período, exceto em 2020, ficando acima da média dos municípios do Grupo 2 - com população entre 5.001 e 10.000 habitantes e acima da média estadual, exceto em 2021.

GRÁFICO 8 - RECEITA ARRECADADA X RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA – ATUALIZADA PELO IPCA



2.1.1.3. Transferências Correntes:

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, e podem ser aplicadas em despesas correntes ou de capital.

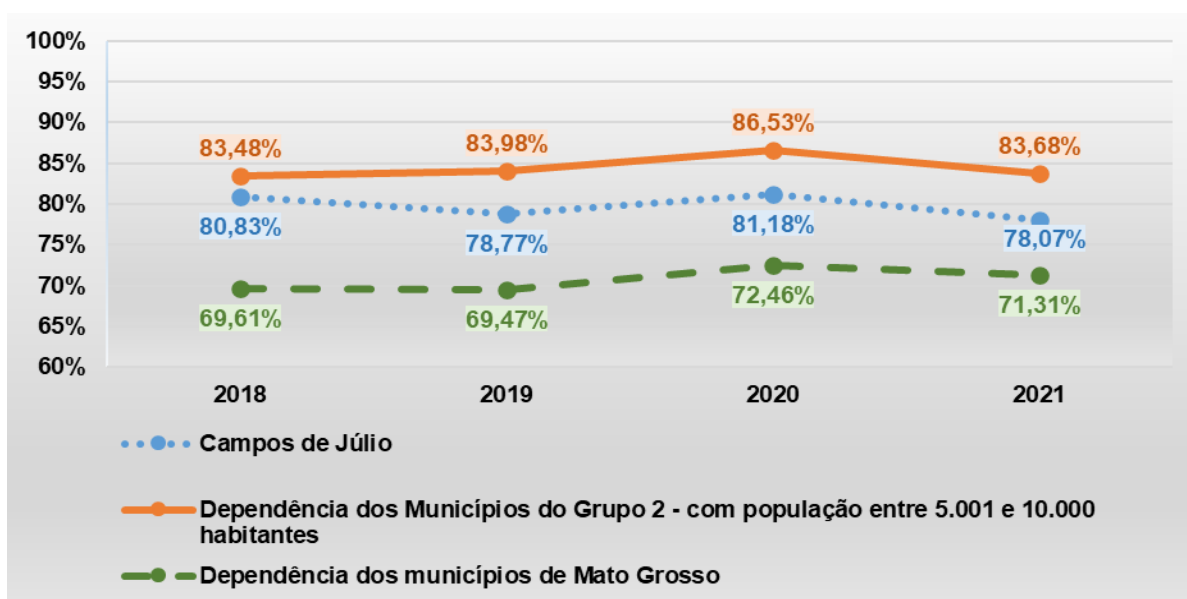
20. A dependência do Município em relação às **transferências correntes** oscilou entre **81,18%** (oitenta e um inteiros e dezoito centésimos percentuais) e **78,07%** (setenta e oito inteiros e sete centésimos percentuais) das receitas correntes, entre 2018 e 2021.





21. Ao analisar o grau de dependência de um município em relação às transferências correntes que este recebe, considera-se que, quanto menor o percentual, melhor a situação desse município. Em 2021, o percentual de dependência do Município de Campos de Júlio foi de **78,07%** (setenta e oito inteiros e sete centésimos percentuais), menor do que a média de dependência dos municípios que compõem o Grupo 2, que atingiu 83,68% (oitenta e três inteiros e sessenta e oito centésimos percentuais). Em comparação com a média estadual, que foi de 71,31% (setenta e um inteiros e trinta e um centésimos percentuais), Campos de Júlio obteve um resultado pior, pois teve uma maior dependência das transferências correntes. Os percentuais de dependência em relação às transferências correntes estão demonstrados no Gráfico 9.

GRÁFICO 9 - DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES / RELAÇÃO AS RECEITAS CORRENTES - 2018 A 2021



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022
[Receita Corrente e Transferência Corrente Líquidas das deduções](#)

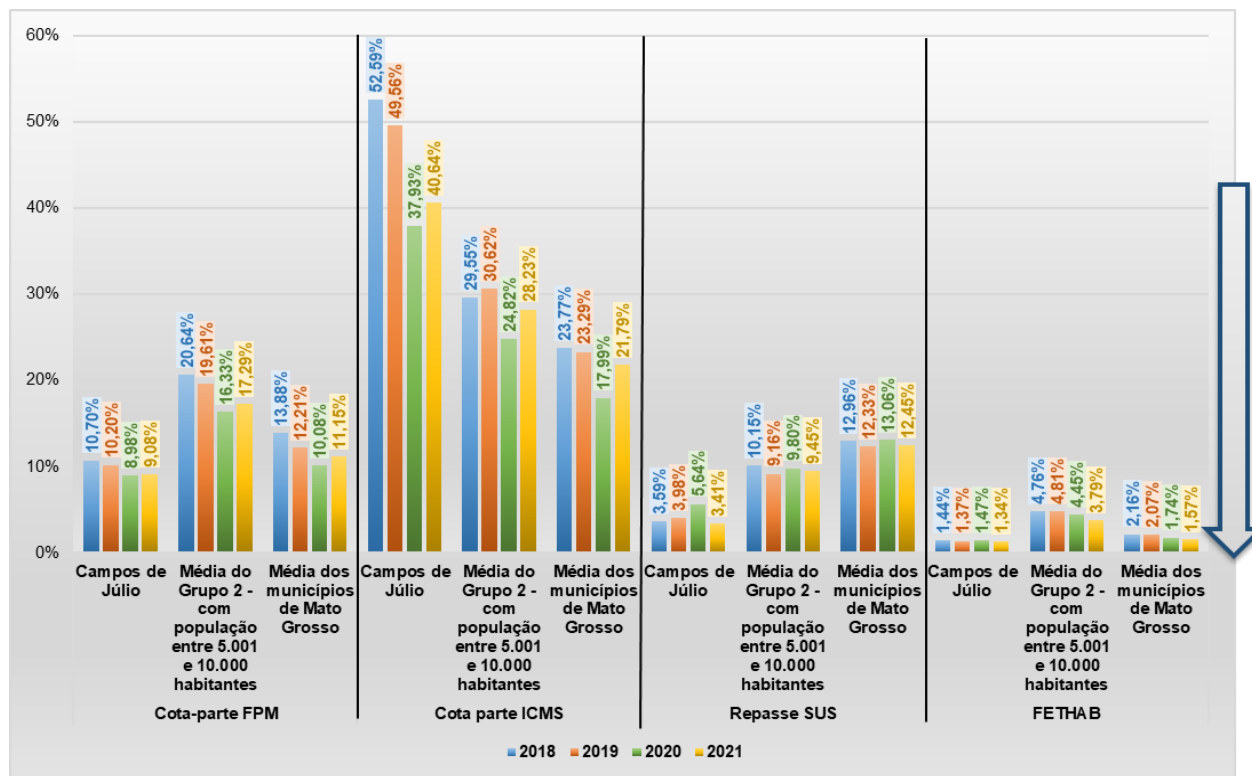
2.1.1.3.1. Dependência da Cota-parte do FPM, do ICMS, Repasse do SUS e FETHAB em relação a Receita Corrente

22. O Gráfico 10 demonstra a relação de dependência, em relação à Receita Corrente, dos quatro principais repasses constitucionais e legais; a Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Cota-parte do ICMS, Repasse do SUS e Fundo Estadual de Transporte e Habitação - FETHAB, no período de 2018 a 2021.





GRÁFICO 10 - PERCENTUAL DE DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO A COTA-PARTE FPM, ICMS, DO REPASSE DO SUS E DO FETHAB / RECEITA CORRENTE – ATUALIZADO PELO IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022
[Receita Corrente e Transferências Correntes \(Cota-partes\) Liquidas das deduções](#)

23. Em 2021, dentre as principais transferências já mencionadas, o registro de maior dependência foi com relação à Cota parte ICMS, responsável por **40,64%** (quarenta inteiros e sessenta e quatro centésimos percentuais) da Receita Corrente de Campos de Júlio, colocando o município acima da média do Grupo 2 e da média estadual.

2.1.1.4. Principais Tributos: ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.

24. Os principais tributos de competência do Município, apresentaram o seguinte desempenho, no período de 2018 a 2021:

- **ISSQN**, decréscimo de **83,92%**
- **IPTU**, crescimento de **37,59%**
- **ITBI**, crescimento de **2,42%**
- **Taxas**, crescimento de **45,03%**

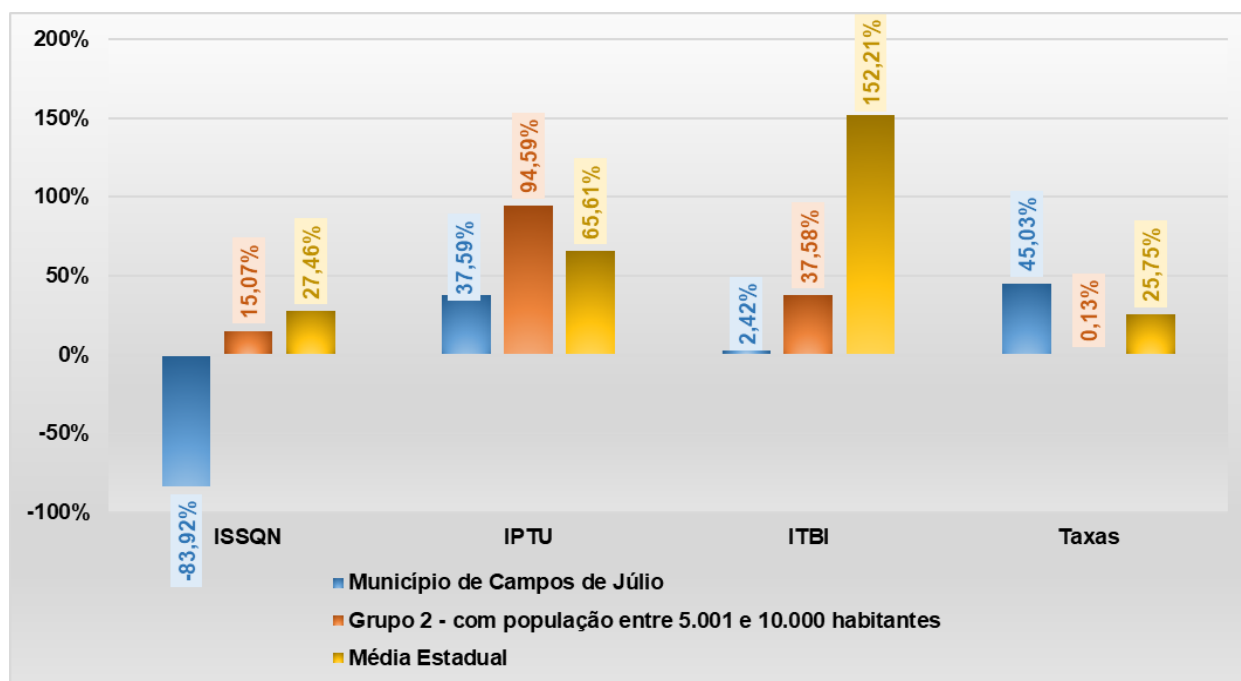




25. O **ISSQN** representou **0,73%** (setenta e três centésimos percentuais) das Receitas Correntes, em 2021; O ISSQN, foi o único tributo que apresentou redução em arrecadação no período 2018 a 2021. Em 2021, o **IPTU** representou **0,84%** (oitenta e quatro centésimos percentuais) das Receitas Correntes; o **ITBI** e as **Taxas** constituíram **2,39%** (dois inteiros e trinta e nove centésimos percentuais) e **1,44%** (um inteiros e quarenta e quatro centésimos percentuais) das Receitas Correntes, respectivamente.

26. A pesquisa permitiu observar que o Município de Campos de Júlio, nesse período, obteve crescimento significativo em arrecadação de Taxas, ficando acima da média do Grupo 2 e abaixo da média estadual.

GRÁFICO 11 - VARIAÇÃO DOS PRINCIPAIS TRIBUTOS - 2018/2021 – ATUALIZADO PELO IPCA



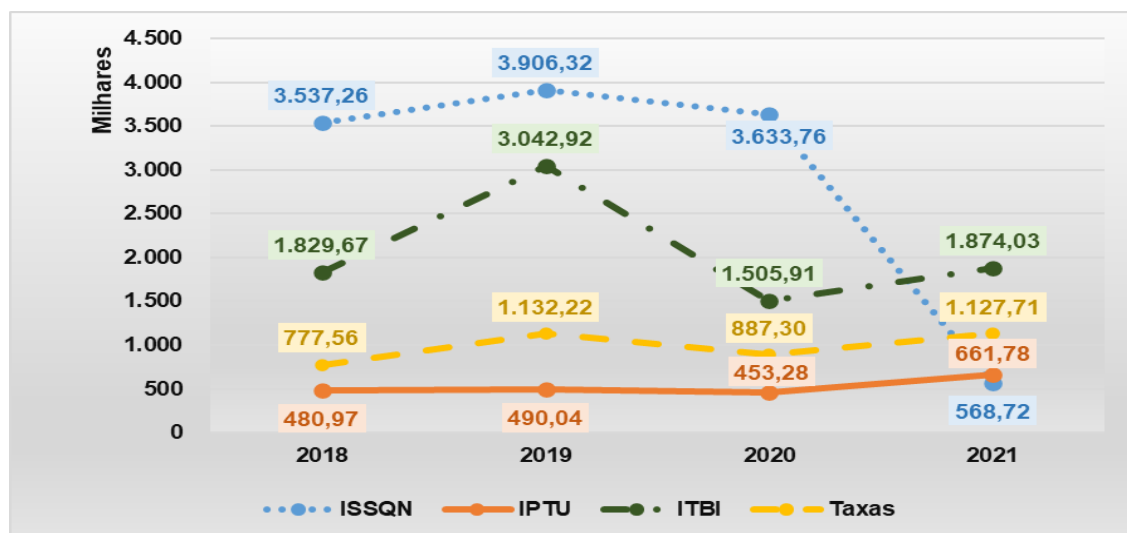
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

27. O Gráfico 12 demonstra o desempenho geral de Campos de Júlio em relação aos principais tributos, no período de 2018 a 2021:





GRÁFICO 12 - EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS TRIBUTOS - MUNICÍPIO - 2018 A 2021 – ATUALIZADO PELO IPCA

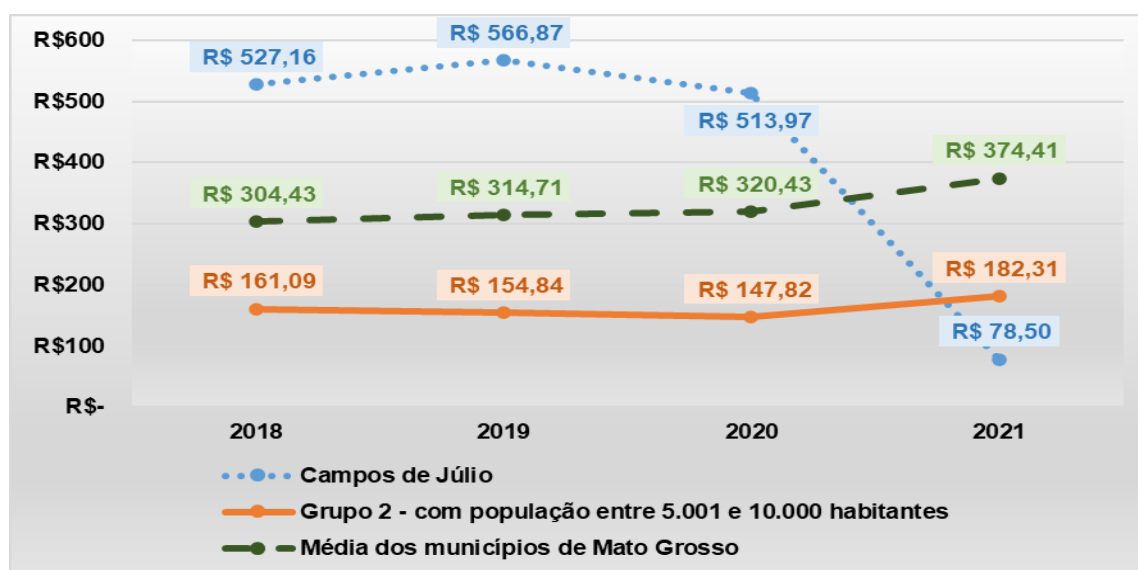


Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

2.1.1.4.1. Principais Tributos *per capita*: ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.

28. Ao analisar os principais tributos *per capita* do Município de Campos de Júlio, no período de 2018 a 2021, é possível verificar que, com relação ao **ISSQN *per capita***, o Município de Campos de Júlio apresentou redução nos dois últimos exercícios, ficando acima da média do Grupo 2 e da média estadual, exceto em 2021, em comparação a ambas as médias, conforme demonstrado no Gráfico 13.

GRÁFICO 13 - ISSQN *PER CAPITA* - 2018 A 2021 – ATUALIZADO PELO IPCA



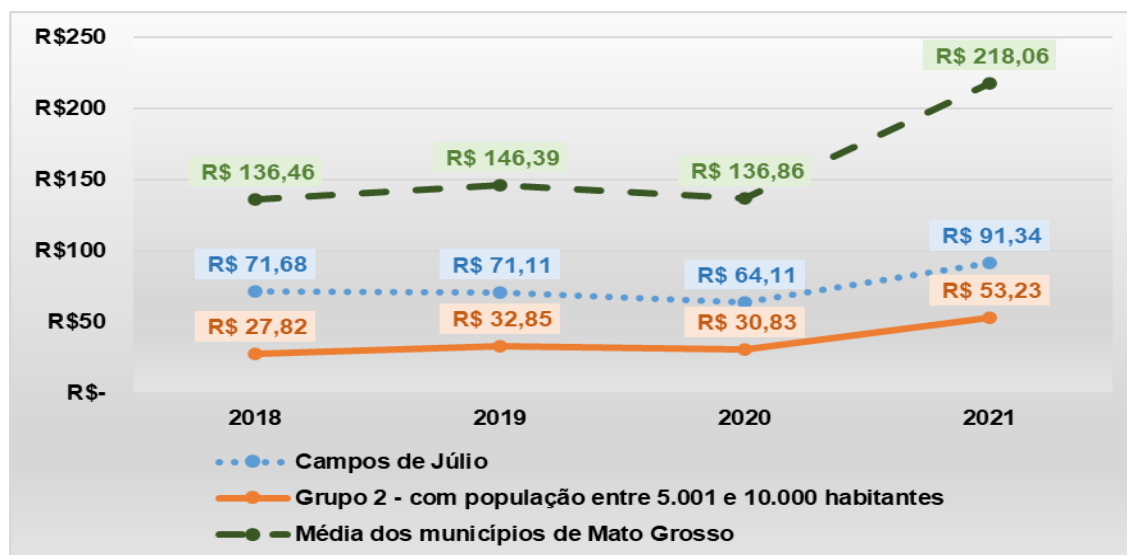
Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





29. Verifica-se que o **IPTU per capita** no período de 2018 a 2021, apresentou redução até 2020, ficando acima da média do Grupo 2, e abaixo da média estadual, como ilustrado no Gráfico 14.

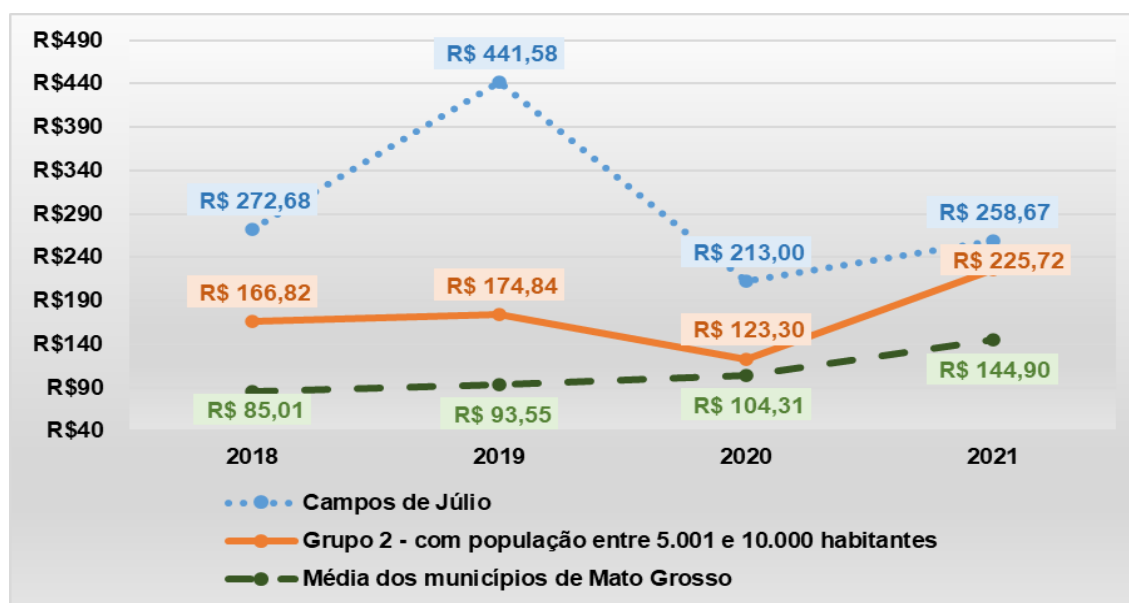
GRÁFICO 14 - IPTU PER CAPITA - 2018 A 2021 – ATUALIZADO PELO IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

30. Quanto ao **ITBI per capita**, no período de 2018 a 2021, verifica-se que o referido tributo apresentou oscilação, tendo ficado acima da média do Grupo 2 e acima da média estadual em todo o período, de acordo com o Gráfico 15.

GRÁFICO 15 - ITBI PER CAPITA - 2018 A 2021 - ATUALIZADO PELO IPCA



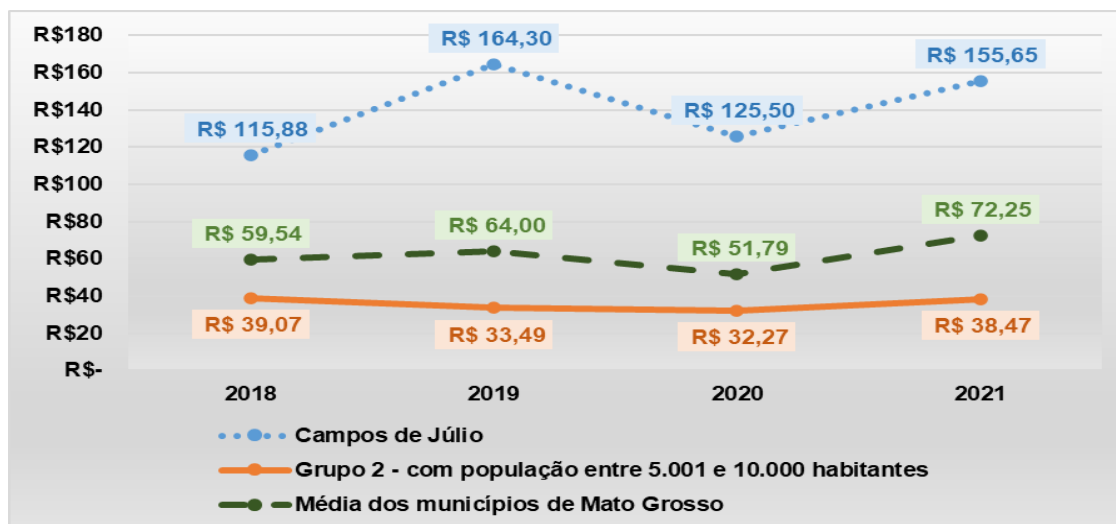
Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





31. Por fim, as **taxas per capita**, no período de 2018 a 2021, apresentaram oscilação, ficando acima da média do Grupo 2 e da média estadual, de acordo com o Gráfico 16.

GRÁFICO 16 - TAXAS PER CAPITA - 2018 A 2021 – ATUALIZADO PELO IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

2.1.1.5. Dependência das Transferências e evolução dos principais Tributos

32. O desempenho das transferências correntes e da arrecadação do ISSQN e do ITBI, seja pelo volume alcançado ou pelo incremento do percentual no período analisado, pode ser observada no Quadro 9.

QUADRO 9 - RESULTADOS DE GESTÃO - RECEITAS 2018 A 2021 - CAMPOS DE JÚLIO - (R\$ MILHARES) - ATUALIZADO PELO IPCA

Exercício	2018	2019	2020	2021
Dependência das Transferências	80,83%	78,77%	81,18%	78,07%
Receita Corrente (excluída deduções)	58.268	63.209	64.936	78.327
Transferências Correntes	47.098	49.788	52.712	61.147
Outras Receitas Correntes	774	730	1.231	1.130
ISSQN - Liq. deduções	3.537	3.906	3.634	569
Evolução da arrecadação – ISSQN	-	10,43%	-6,98%	-84,35%
IPTU - Liq. deduções	481	490	453	662
Evolução da arrecadação – IPTU	-	1,89%	-7,50%	46,00%
ITBI - Liq. deduções	1.830	3.043	1.506	1.874
Evolução da arrecadação – ITBI	-	66,31%	-50,51%	24,45%
Taxas - Liq. deduções	778	1.132	887	1.128
Evolução da arrecadação – Taxas	-	45,61%	-21,63%	27,09%

Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





33. Cabe ressaltar que três dos quatros principais tributos apresentaram crescimento na arrecadação em 2021, com destaque para IPTU, ITBI e Taxas, cuja receitas cresceram 46,00% (quarenta e seis centésimos percentuais), 24,45% (vinte e quatro inteiros e quarenta e cinco centésimos percentuais) e 27,09% (vinte e sete inteiros e nove centésimos percentuais) como se apreende do Quadro 9.

2.1.1.6. Dívida Ativa

Créditos com que conta o setor público derivados do não pagamento pelos contribuintes de tributos e/ou de créditos públicos assemelhados (multas, juros e encargos) no decorrer do exercício em que foram lançados.

34. O indicador de recebimento da Dívida Ativa demonstra o esforço realizado pelo Poder Público para resgatar direitos em posse de contribuintes que não cumpriram suas obrigações fiscais. Mede, portanto, o montante recebido em relação ao estoque de débitos, fornecendo evidências sobre o desempenho da área de cobrança fiscal.

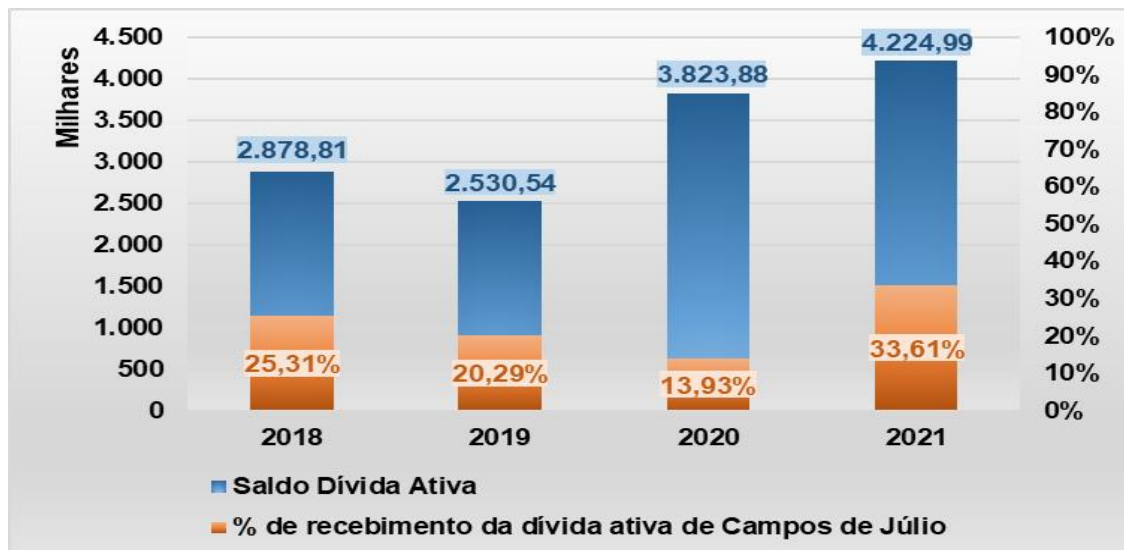
35. No período de 2018 a 2021, o Município de Campos de Júlio apresentou desempenho satisfatório na administração e na execução fiscal da Dívida Ativa, tendo o seu percentual de recebimento de Dívida Ativa oscilado de **13,93%** (treze inteiros e noventa e três centésimos percentuais) a **33,61%** (trinta e três inteiros e sessenta e um centésimos percentuais).

36. No exercício de **2021**, o percentual alcançado foi de **33,61%** (trinta e três inteiros e sessenta e um centésimos percentuais), sendo superior à média dos municípios do **Grupo 2, 10,83%** (dez inteiros e oitenta e três centésimos percentuais) e superior da média **estadual, 13,81%**, (treze inteiros e oitenta e um centésimos percentuais).





GRÁFICO 17 - SALDO DA DÍVIDA ATIVA X % RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA – ATUALIZADO PELO IPCA



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

37. A série histórica do saldo da Dívida Ativa, no período de 2018 a 2021, indica aumento do saldo, nos dois últimos exercícios, conforme se pode observar no Quadro 10:

QUADRO 10 - SALDO DA DÍVIDA ATIVA - 2018 A 2021 – ATUALIZADO PELO IPCA

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021
Saldo Dívida Ativa	2.878.810,00	2.530.537,97	3.823.883,29	4.224.992,95
Variação %	-	-12,10%	51,11%	10,49%
% de recebimento da dívida ativa de Campos de Júlio	25,31%	20,29%	13,93%	33,61%
Média de % de recebimento da Dívida ativa dos municípios do Grupo 2 - com população entre 5.001 e 10.000 habitantes	11,50%	11,67%	8,83%	10,83%
Média de % de recebimento da Dívida ativa dos municípios do Estado de MT	11,62%	12,62%	9,49%	13,81%

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 14 consolidado e informes da dívida ativa) – Atualizado em 31/05/2022

2.1.2. Despesas Orçamentárias:

Despesa Orçamentária: é o conjunto de despesas realizadas pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade

38. O montante do orçamento inicial de Campos de Júlio foi de **R\$ 62.431.628,61** (sessenta e dois milhões, quatrocentos e trinta e um mil, seiscentos e vinte e oito reais e





sessenta e um centavos). A dotação atualizada atingiu o montante de R\$ 80.848.194,36 (oitenta milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos), representando um aumento de **29,50%** (vinte e nove inteiros e cinquenta centésimos percentuais) em relação ao orçamento inicial. As **despesas realizadas** pelo Município, excluídas as intraorçamentárias, no exercício de 2021, totalizaram **R\$ 61.691.259,56** (sessenta e um milhões, seiscentos e noventa e um mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), representando uma redução de 23,69% (vinte e três inteiros e sessenta e nove centésimos percentuais) quando comparada a dotação atualizada, com a distribuição por função e por natureza, conforme indicadas nos Quadro 11 e 12:

QUADRO 11 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO

DESPESA POR FUNÇÃO	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Despesa Empenhada (c)	% em relação ao total da Despesa Empenhada excluído as intraorçamentárias	% (C/A)
01 - Legislativa	2.077.823,79	2.077.823,79	1.719.932,14	2,79%	82,78%
04 - Administração	7.526.985,38	8.840.658,21	6.954.273,19	11,27%	92,39%
08 - Assistência Social	1.899.225,83	2.358.770,50	1.699.948,17	2,76%	89,51%
10 - Saúde	12.587.807,85	16.211.889,54	13.255.981,19	21,49%	105,31%
11 - Trabalho	624.000,00	859.413,64	859.325,07	1,39%	137,71%
12 - Educação	23.739.945,15	30.059.963,72	23.294.938,23	37,76%	98,13%
13 - Cultura	1.284.360,49	1.234.331,64	671.848,47	1,09%	52,31%
15 - Urbanismo	2.503.296,68	3.641.850,54	2.844.792,51	4,61%	113,64%
17 - Saneamento	1.449.724,92	1.710.000,83	1.386.391,36	2,25%	95,63%
18 - Gestão Ambiental	564.517,27	1.039.647,72	709.791,53	1,15%	125,73%
20 - Agricultura	693.630,68	1.728.249,60	1.380.503,89	2,24%	199,03%
22 - Indústria	263.185,50	163.047,80	63.985,82	0,10%	24,31%
23 - Comércio e Serviços	280.601,18	273.584,06	9.472,24	0,02%	3,38%
25 - Energia	300.049,30	551.645,56	491.758,10	0,80%	163,89%
26 - Transporte	5.697.528,64	8.726.024,30	5.975.136,19	9,69%	104,87%
27 - Desporto e Lazer	537.679,81	970.026,77	373.181,46	0,60%	69,41%
28 - Encargos especiais	1.266,14	1.266,14	0,00	0,00%	0,00%
Reserva de Contingência e RPPS	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00%	0,00%
Despesas Intraorçamentárias	10.000,00	5.000,00	0,00	-	0,00%
Total (excluído as intraorçamentárias)	62.431.628,61	80.848.194,36	61.691.259,56	100,00%	98,81%

Fontes: LOA Sistema Aplic (anexo 13 consolidado e informes das despesas orçamentárias)





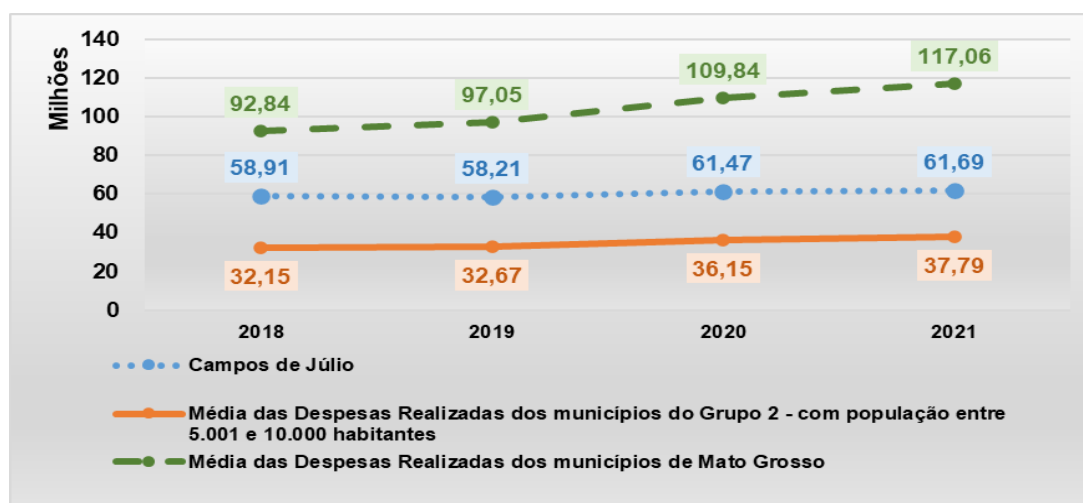
QUADRO 12 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR NATUREZA - 2018 A 2021

DESPESA POR NATUREZA	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	Despesa Empenhada (C)	% (C/A)
Despesas correntes	55.492.918,16	66.047.163,81	52.623.466,45	94,83%
Pessoal e Encargos Sociais	33.399.585,57	39.226.275,21	31.929.647,44	95,60%
Outras Despesas Correntes	22.093.332,59	26.820.888,60	20.693.819,01	93,67%
Despesas de Capital	6.538.710,45	14.401.030,55	9.067.793,11	138,68%
Investimentos	6.284.710,45	14.177.030,55	9.067.793,11	144,28%
Inversão Financeira	254.000,00	224.000,00	0,00	0,00%
Despesas Intraorçamentárias	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00%
Reserva de Contingência ou Reserva Legal do RPPS	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00%
Total da Despesa	62.441.628,61	80.853.194,36	61.691.259,56	98,80%
Total das Despesas (excluído as intraorçamentárias)	62.431.628,61	80.848.194,36	61.691.259,56	98,81%

Fontes: LOA Sistema Aplic (anexo 13 consolidado e informes das despesas orçamentárias)

39. A série histórica da Despesa Realizada pelo Município de Campos de Júlio, no período de 2018 a 2021, indica um aumento nos dois últimos exercícios. Ficando acima da média do Grupo 2, e abaixo da média estadual, conforme se pode observar no Gráfico 18:

GRÁFICO 18 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS REALIZADAS - 2018 A 2021 – ATUALIZADO PELO IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

40. A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2018 a 2021, revela um crescimento nos dois últimos exercícios, como se observa no Quadro 13:



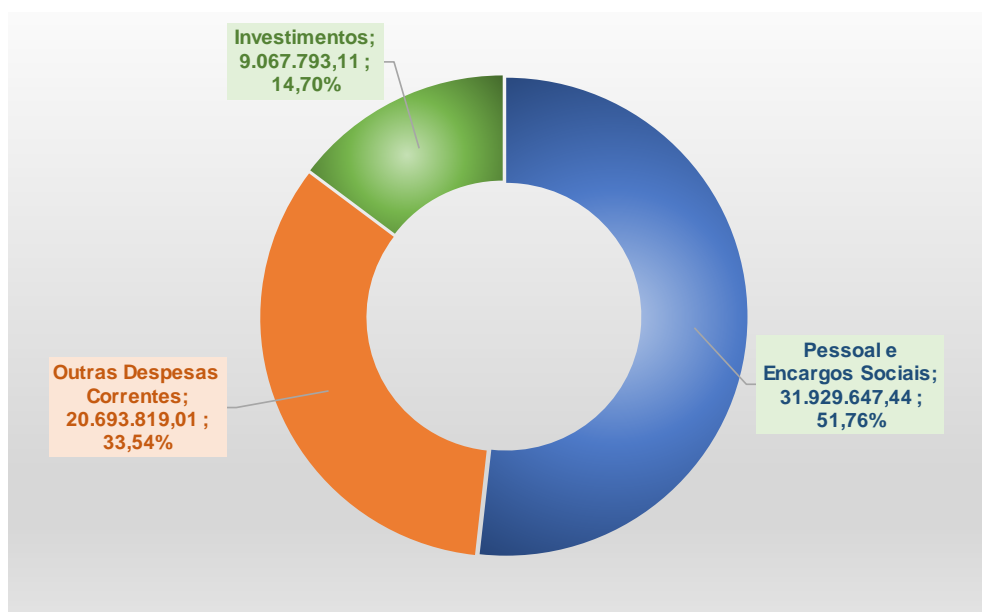


QUADRO 13 -DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR NATUREZA - 2018 A 2021 – ATUALIZADA PELO IPCA

Grupos de Despesas	2018	2019	2020	2021
Despesas Correntes	51.019.322,06	51.297.852,90	51.170.047,08	52.623.466,45
Pessoal e Encargos Sociais	32.648.322,13	31.824.832,58	31.644.859,39	31.929.647,44
Outras Despesas Correntes	18.370.999,93	19.473.020,31	19.525.187,68	20.693.819,01
Despesas de Capital	7.893.385,33	6.915.311,13	10.300.564,60	9.067.793,11
Investimentos	7.761.400,45	6.823.284,82	10.300.564,60	9.067.793,11
Inversão Financeira	131.984,88	46.013,16	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	46.013,16	0,00	0,00
Despesa Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Despesa (excluído as intraorçamentárias)	58.912.707,40	58.213.164,03	61.470.611,68	61.691.259,56
Variação - %	-	-1,19%	5,60%	0,36%
% de variação médio da Despesa	1,59%			

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 15 consolidado) – Atualizado em 31/05/2022

GRÁFICO 19 - DESPESAS REALIZADAS POR NATUREZA - 2021



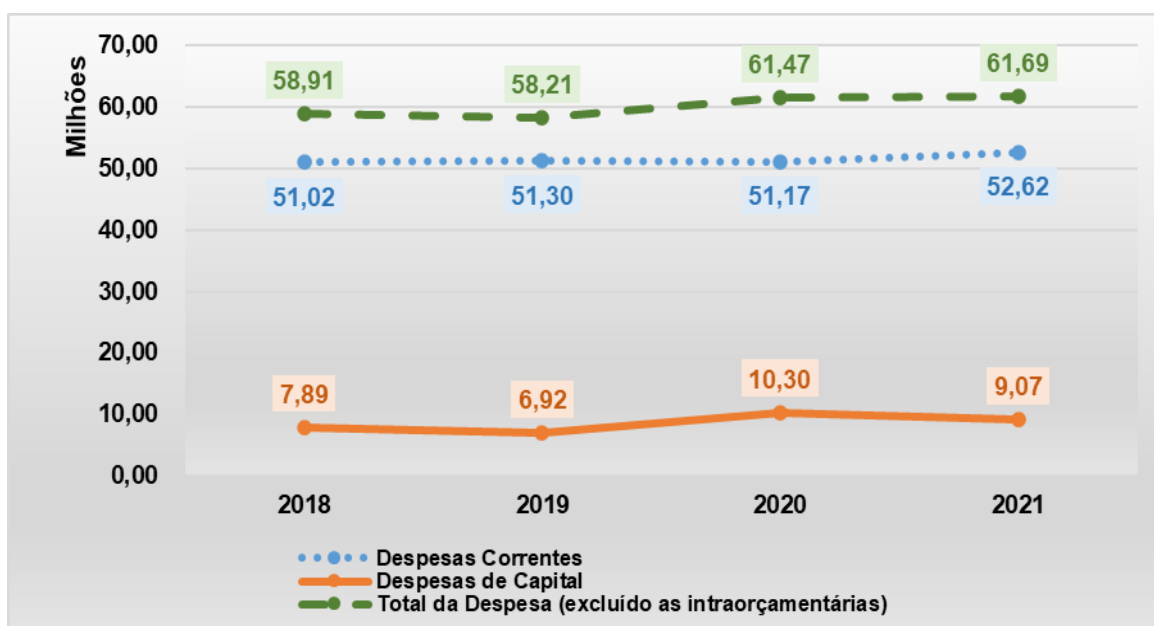
Fontes: Sistema Aplic – Atualizado em 31/05/2022

41. O Gráfico 19 apresenta a relação das despesas, por natureza, no exercício de 2021. Destaca-se que uma parcela significativa da despesa realizada, de 51,76% (cinquenta e um inteiros e setenta e seis centésimos percentuais), está concentrada em Pessoal e Encargos Sociais.





GRÁFICO 20 - HISTÓRICO DAS DESPESAS



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

2.1.2.1. Despesas Correntes:

As Despesas Correntes relacionam-se aos gastos de custeio das entidades do setor público com a manutenção de suas atividades, tais como vencimentos e encargos com pessoal, juros da dívida, compra de matérias primas e bens de consumo, e transferências a entes públicos.

42. As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e demais despesas de custeio compõem os principais itens de despesa objeto desta análise. Em relação às Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, os valores estão considerados em sua totalidade, sem as deduções estabelecidas no § 1º, do art. 19, da Lei de Responsabilidade Fiscal, tais como as indenizações de inativos, de servidores ou empregados, de incentivo a demissões voluntárias e outras, permitindo, assim, uma visão mais ampla da gestão. A evolução registrada no período de 2018 a 2021 pode ser assim demonstrada:

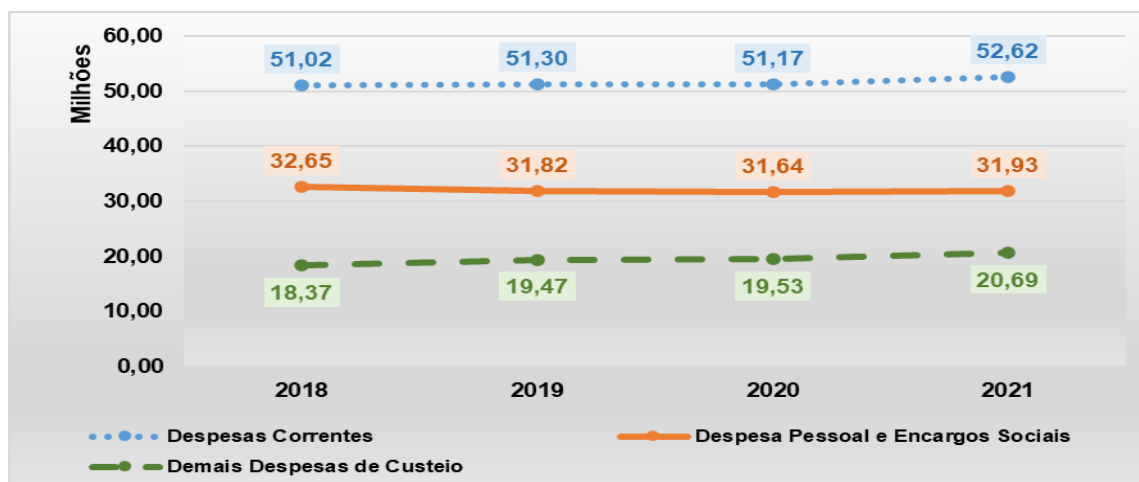
- **Despesas Correntes**, crescimento de **3,14%**.
- **Despesas de Pessoal e Encargos**, decréscimo de **2,2%**.
- **Demais Despesas de Custeio**, crescimento de **12,64%**.

43. O Gráfico 21 expressa a evolução das Despesas Correntes:





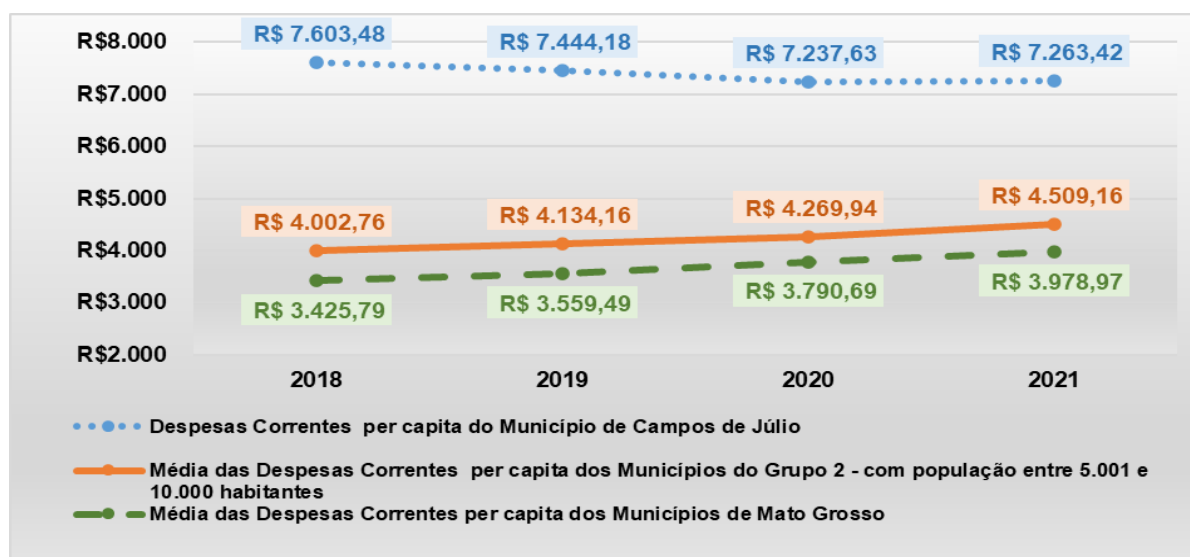
GRÁFICO 21 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES - MUNICÍPIO - 2018 A 2021 – ATUALIZADA PELO IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

44. O Indicador de Despesa Corrente *per capita* é um dos mecanismos de aferição dos gastos por habitante, Campos de Júlio, no ano de 2021, gastou R\$ 7.263,42/habitante (sete mil, duzentos e sessenta e três reais e quarenta e dois centavos), tendo gasto mais, por habitante, do que os municípios do Grupo 2, cuja média foi de R\$ 4.509,16 (quatro mil, quinhentos e nove reais e dezesseis centavos), como também ficou acima da média estadual, que teve a média de R\$ 3.978,97 (três mil, novecentos e setenta e oito reais e noventa e sete centavos) gastos, por morador.

GRÁFICO 22 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES *PER CAPITA* - 2018 A 2021 – ATUALIZADA PELO IPCA



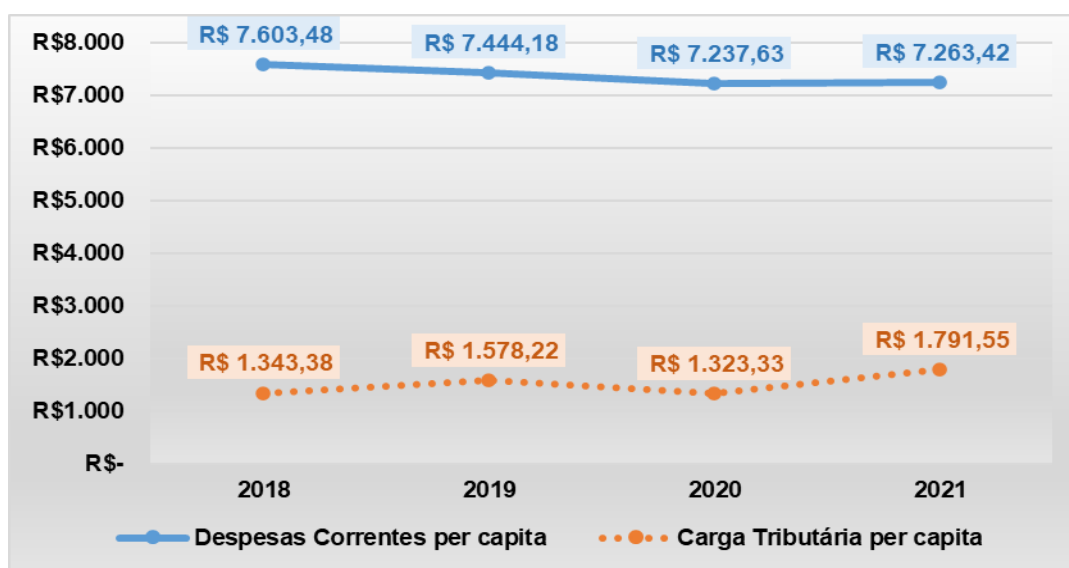
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





45. As **Despesas Correntes per capita** **diminuíram 4,47%** (quatro inteiros e quarenta e sete centésimos percentuais), no período de 2018 a 2021, enquanto a **Carga Tributária per capita** **aumentou 33,36%** (trinta e três inteiros e trinta e seis centésimos percentuais), o que indica melhora no resultado da atual gestão da receita, conforme se evidencia no Gráfico 23:

GRÁFICO 23 - DESPESAS CORRENTES PER CAPITA X CARGA TRIBUTÁRIA PER CAPITA - 2018 A 2021 – ATUALIZADA PELO IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

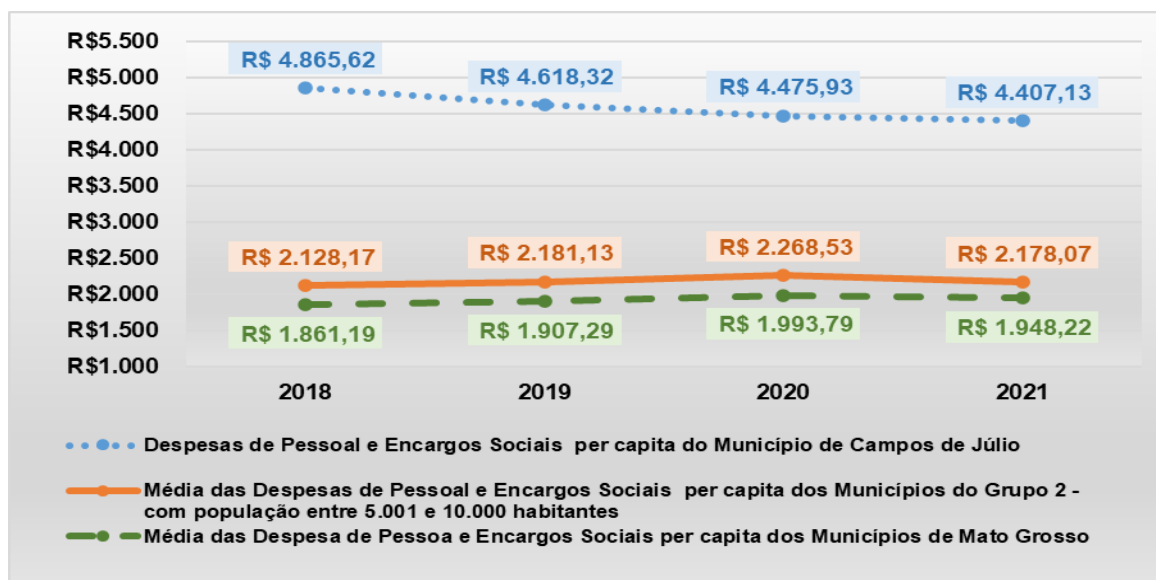
46. Além do planejamento orçamentário, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe aos gestores públicos a previsão e efetiva arrecadação dos créditos oriundos de tributos, exigindo excelente capacidade de lançamento e cobrança de débitos, de modo a estabelecer justiça fiscal no município. Tal procedimento é fundamental, não apenas para garantir o cumprimento das despesas contratadas, mas, principalmente, para financiar o desenvolvimento econômico e social, com foco na cidadania.

47. Comparada ao número de habitantes do Município, a **Despesa de Pessoal per capita** **diminuiu cerca de 9,42%** (nove inteiros e quarenta e dois centésimos percentuais), no período de 2018 a 2021. No mesmo período, houve **aumento da média das Despesas de Pessoal per capita do Grupo 2 de 2,34%** (dois inteiros e trinta e quatro centésimos percentuais) e da **média geral mato-grossense, em 4,68%** (quatro inteiros e sessenta e oito centésimos percentuais).





GRÁFICO 24 - EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS *PER CAPITA* - 2018 A 2021 – ATUALIZADA PELO IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

48. Já a evolução das despesas de pessoal e encargos sociais, entre 2018 e 2021, pode ser melhor compreendida com os desdobramentos apontados no Quadro 14:

QUADRO 14 - DESPESAS 2018 A 2021 - CAMPOS DE JÚLIO – ATUALIZADA PELO IPCA

Exercício	2018	2019	2020	2021
% das Despesas com Pessoal	55,08%	49,44%	49,56%	42,71%
Despesas Correntes	R\$ 51.019.322,06	R\$ 51.297.852,90	R\$ 51.170.047,08	R\$ 52.623.466,45
Despesas Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 32.648.322,13	R\$ 31.824.832,58	R\$ 31.644.859,39	R\$ 31.929.647,44
Demais Despesas Correntes	R\$ 18.370.999,93	R\$ 19.473.020,31	R\$ 19.525.187,68	R\$ 20.693.819,01
População (IBGE)	6.710	6.891	7.070	7.245
Despesa de Pessoal per capita - R\$ 1,00	R\$ 4.865,62	R\$ 4.618,32	R\$ 4.475,93	R\$ 4.407,13

Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

2.1.2.1.1. Investimentos

Despesas de capital destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, à realização de programas especiais de trabalho e à aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

49. A série histórica da despesa com investimento, no período de 2018 a 2021, revela redução no percentual investido, exceto em 2020; conforme se observa no Quadro 15.



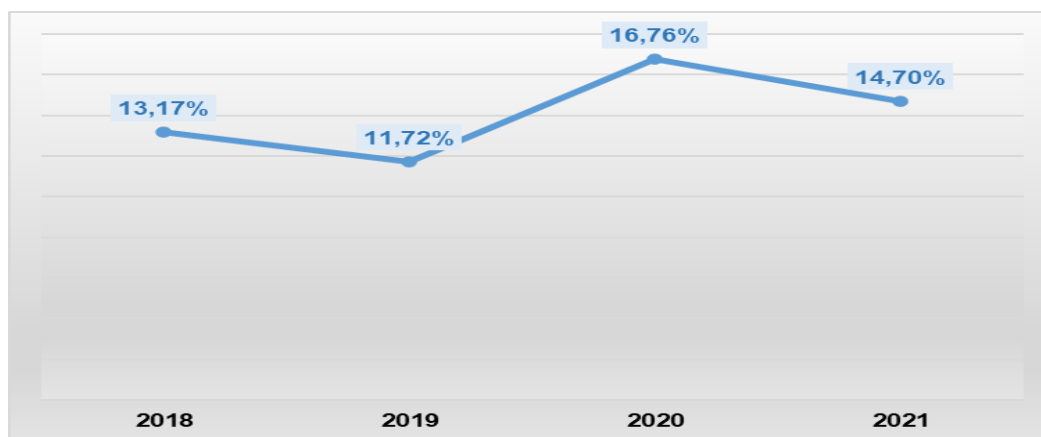


QUADRO 15 - DESPESA DE INVESTIMENTO EM RELAÇÃO À DESPESA TOTAL – ATUALIZADA PELO IPCA

	2018	2019	2020	2021
Investimento – R\$	7.761.400,45	6.823.284,82	10.300.564,60	9.067.793,11
Despesa Total – R\$ (Excluída Intraorçamentária)	58.912.707,40	58.213.164,03	61.470.611,68	61.691.259,56
% de Investimento/Despesa	13,17%	11,72%	16,76%	14,70%
Despesa com investimento per capita - R\$	1.156,69	990,17	1.456,94	1.251,59
% variação Investimento per capita	-	-14,40%	47,14%	-14,09%
R\$ - Média de Despesa com Investimento per capita dos municípios do Grupo 2 - com população entre 5.001 e 10.000 habitantes	424,23	361,66	660,18	615,31
R\$ - Média de Despesa com Investimento per capita dos municípios de MT	334,62	366,42	560,02	592,90

Fontes: Site TCE MT (Contas Anuais) e Sistema Aplic - Atualizado em 31/05/2022

GRÁFICO 25 - DESPESA DE INVESTIMENTO X DESPESA TOTAL



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

50. As despesas liquidadas com investimento, realizadas pelo Município, no exercício de 2021, totalizaram R\$ 2.759.899,40 (dois milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e noventa e nove reais e quarenta centavos) com a distribuição por função demonstrada no Quadro 16:

QUADRO 16 - DESPESAS LIQUIDADAS COM INVESTIMENTO

FUNÇÕES	Despesas Liquidadas com Investimento	% (relativo ao total da despesa liquidada com investimento)
04 - Administração	1.496.480,87	4,17%
17 - Saneamento	320.171,77	11,60%
15 - Urbanismo	298.120,71	4,14%
10 - Saúde	266.192,99	10,80%
27 - Desporto e Lazer	115.092,49	0,04%
12 - Educação	114.351,15	9,65%
25 - Energia	89.825,17	0,00%
20 - Agricultura	22.310,07	0,64%
26 - Transporte	17.732,21	54,22%
06 - Segurança Pública	17.241,97	0,00%
01 - Legislativa	1.280,00	0,62%
08 - Assistência Social	1.100,00	3,25%
Total	2.759.899,40	100,00%

Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





3. Resultados da Execução Orçamentária:

51. Comparando a receita estimada com a receita efetivamente arrecadada, verifica-se **excesso** de **31,21%** (trinta e um inteiros e vinte e um centésimos percentuais) na arrecadação. A despesa autorizada, comparada à despesa realizada, apresenta **economia** orçamentária de **23,69%** (vinte e três inteiros e sessenta e nove centésimos percentuais), conforme demonstra o Quadro 17:

QUADRO 17 - COMPARATIVO ENTRE ORÇADO E EXECUTADO - R\$ (EXCLUÍDAS AS INTRAORÇAMENTÁRIAS)

Receita Estimada	62.441.628,61	Despesa Autorizada	80.848.194,36
Receita Arrecadada	81.928.963,58	Despesa Realizada	61.691.259,56
Excesso na Arrecadação	19.487.334,97	Economia Orçamentária	19.156.934,80
% da prevista	31,21%	% da autorizada	23,69%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

52. Na comparação das receitas arrecadadas com as despesas executadas do Município de Campos de Júlio, excluídos os valores do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), constata-se superávit no resultado orçamentário equivalente a **35,72%** (trinta e cinco inteiros e setenta e dois centésimos percentuais) da receita, considerando os Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme demonstrado no Quadro 18:

QUADRO 18 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Especificação	Resultado Orçamentário
Total da Receita Arrecadada para fins de Resultado Orçamentário (a)	81.928.963,58
Total da Despesa Realizada para fins de Resultado Orçamentário (b)	61.691.259,56
Despesas empenhadas decorrentes de créditos adicionais abertos por conta de superávit financeiro (c)	7.736.833,25
Resultado Orçamentário (Superávit / Déficit) - d=(a - b + c)	27.974.537,27
%Resultado Orçamentário/ RCL	35,72%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais –Atualizado em 31/05/2022

53. Ao analisar o histórico da execução orçamentária do Município, entre 2018 e 2021, não considerando os atenuantes da RN 43/2013, verifica-se superávit no resultado orçamentário, com exceção no ano de 2018, conforme demonstrado no Quadro 19:



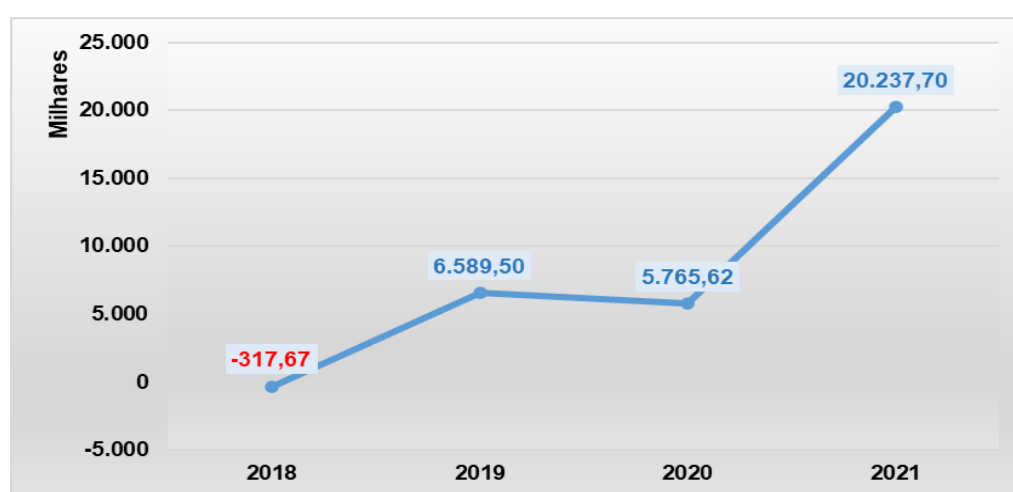


QUADRO 19 - HISTÓRICO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - R\$ - ATUALIZADA PELO IPCA

Descrição	2018	2019	2020	2021
(a) Receita Arrecadada Consolidadas	58.595.032,84	64.802.666,61	67.236.230,80	81.928.963,58
(c= a-b) Total das Receitas Arrecadadas Ajustadas	58.595.032,84	64.802.666,61	67.236.230,80	81.928.963,58
(d) Despesas Realizadas Consolidadas	58.912.707,40	58.213.164,03	61.470.611,68	61.691.259,56
(f= d-e) Total das Despesas Realizadas Ajustadas	58.912.707,40	58.213.164,03	61.470.611,68	61.691.259,56
(g= c-f) Resultado Orçamentário	-317.674,56	6.589.502,58	5.765.619,12	20.237.704,02

Fonte: Site TCE(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 13 consolidado) – Atualizado em 31/05/2022

GRÁFICO 26 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO – ATUALIZADO PELO IPCA



FONTE: SISTEMA APLIC, CONTAS ANUAIS – ATUALIZADO EM 31/05/2022

4. Resultado Financeiro (Balanço Patrimonial):

Determina a relação, no curto prazo, entre o montante de recursos disponíveis e o quanto a administração deve pagar. Por curto prazo, entende-se o período menor que um ano calendário.

54. Ao confrontar as disponibilidades com as obrigações financeiras, em 2021, constata-se que o Poder Executivo apresentou suficiência financeira para saldar os compromissos de curto prazo, correspondentes a **473,17%** (quatrocentos e setenta e três inteiros e dezessete centésimos percentuais) sobre o total das obrigações; ou seja, dispõe de **R\$ 4,73** (quatro inteiros e setenta e três centésimos percentuais) para cada R\$ 1,00 (um real) de obrigações de curto prazo. No resultado consolidado – que abrange as administrações Direta e Indireta, a gestão municipal apresentou disponibilidade financeira de **472,75%** (quatrocentos e setenta e dois inteiros e setenta e cinco centésimos percentuais), em relação às obrigações, conforme demonstra o Quadro 20:





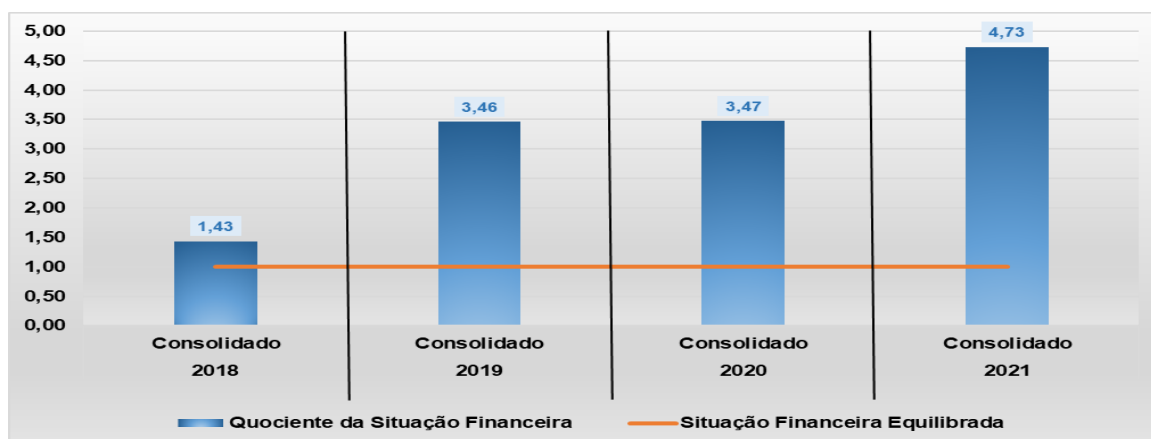
QUADRO 20 - RESULTADO FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	CÂMARA	PREFEITURA
Ativo Financeiro -R\$	42.512.494,85	10.130,00	42.502.364,85
Passivo Financeiro - R\$	8.992.567,10	10.130,00	8.982.437,10
Resultado Financeiro (Superávit / Déficit)	33.519.927,75	0,00	33.519.927,75
Quociente da Situação Financeira	4,73	1,00	4,73
% da Disponibilidade Financeira em relação às obrigações	472,75%	100,00%	473,17%
% Resultado Financeiro / RCL	42,80%	0,00%	42,80%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

55. A série histórica do quociente da situação financeira, no período de 2018 a 2021, indica que o Poder Executivo apresentou capacidade financeira suficiente, para honrar seus compromissos de pagamentos imediatos, quando incluídos os restos a pagar não processados no último exercício, conforme se observa no Gráfico 27:

GRÁFICO 27 - QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA - MUNICÍPIO - 2018 A 2021



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

5. Dívida Pública:

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN)⁵ define a dívida pública como sendo os Compromissos de entidade pública decorrentes de operações de créditos, com o objetivo de atender as necessidades dos serviços públicos, em virtude de orçamentos deficitários, caso em que o governo emite promissórias, bônus rotativos, etc., a curto prazo, ou para a realização de empreendimentos de vulto, em que se justifica a emissão de empréstimo a longo prazo, por meio de obrigações e apólices. Os empréstimos que caracterizam a dívida pública são de curto ou longo prazo. A dívida pública pode ser proveniente de outras fontes, tais como: depósitos (fianças, cauções, cofre de órgãos, etc.), e de resíduos passivos (restos a pagar). A dívida pública classifica-se em consolidada ou fundada (interna ou externa) e flutuante ou não consolidada.

⁵ http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_d.asp





56. A Dívida Pública do Município, em 31/12/2021, totalizava **R\$ 8.984.392,50** (oito milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, trezentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos), constituindo-se de dívida flutuante, como está demonstrado no Quadro 21:

QUADRO 21 - DÍVIDA PÚBLICA

Títulos	Saldo Final 2020	Movimentação no Exercício				Saldo final 2021
		Inscrição/Atualização	RP não Processado Liquidados e não Pagos	Pagamento	Cancelamento	
DÍVIDA FLUTUANTE	5.365.270,71	12.888.462,55	0,00	9.269.340,76	0,00	8.984.392,50
Restos a Pagar – Não Processado	4.911.626,12	7.305.582,19	0,00	3.275.792,55	0,00	8.941.415,76
Restos a Pagar – Processado	453.644,59	1.738,88	0,00	415.528,86	0,00	39.854,61
Depósitos e consignações	0,00	5.581.141,48	0,00	5.578.019,35	0,00	3.122,13
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	5.365.270,71	12.888.462,55	0,00	9.269.340,76	0,00	8.984.392,50

Fontes: Sistema Aplic (prestação de contas), restos a pagar – Atualizado em 31/05/2022

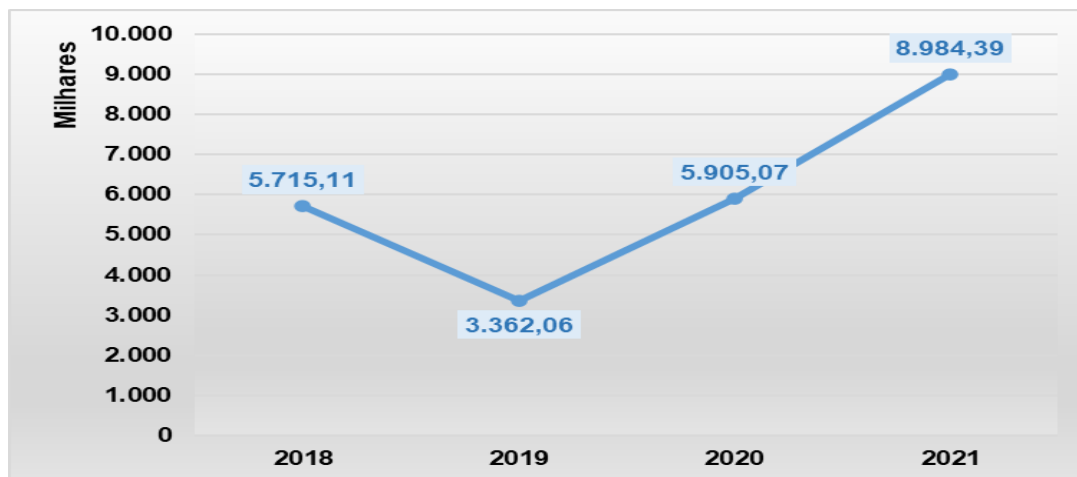
57. A série histórica do saldo da Dívida Pública, no período de 2018 a 2021, demonstra crescimento nos dois últimos exercício, conforme se observa no Quadro 22:

QUADRO 22 - SALDO DA DÍVIDA PÚBLICA - 2018 A 2021 – ATUALIZADA PELO IPCA

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021
Saldo da Dívida Pública	5.715.107,70	3.362.058,84	5.905.073,68	8.984.392,50
Variação %	-	-41,17%	75,64%	52,15%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

GRÁFICO 28 -SALDO DA DÍVIDA PÚBLICA – ATUALIZADA PELO IPCA



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





6. Limites Constitucionais e legais:

6.1. Educação

6.1.1. Aplicação na Educação (art. 212, da C.F.)

58. A Administração Municipal aplicou, durante o exercício de 2021, o montante de **R\$ 18.962.170,04** (dezoito milhões, novecentos e sessenta e dois mil, cento e setenta reais e quatro centavos) na **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**, correspondentes a **28,44%** (vinte e oito inteiros e quarenta e quatro centésimos percentuais) do total da receita proveniente de impostos municipais e das transferências, estadual e federal.

59. A base de cálculo para obtenção dos percentuais constitucionais destinados à Educação teve a seguinte formação discriminada nos Quadros 23 e 24:

QUADRO 23 - RECEITAS COM PERCENTUAL VINCULADO À EDUCAÇÃO

	Valor
Receita Tributária	5.466.628,84
IRRF	2.362.103,67
IPTU	661.776,34
ITBI	1.874.030,85
ISSQN	568.717,98
Dívida Ativa Proveniente de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	1.021.259,23
Juros e multas provenientes de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	5.008.625,39
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	81.014,30
Transferências Correntes	55.089.913,14
Cota-Parte FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.887.458,97
Cota-Parte FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	389.548,18
Cota-Parte FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	344.106,43
Cota Parte ICMS	39.786.651,57
Cota-Parte IPI Exportação (LC 61/89)	241.649,17
Cota-Parte ITR	4.402.688,51
Cota Parte IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	1.037.810,31
Base de Cálculo	66.667.440,90
Valor Mínimo (25%) (Art. 212, CF)	16.666.860,23
TOTAL APLICADO EM 2021 (R\$)	18.962.170,04
TOTAL APLICADO EM 2021 (%)	28,44%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





QUADRO 24 - DESPESAS REALIZADAS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Despesas	Valor
(+) Total da Despesa MDE empenhada no exercício. Fonte de Recursos 00 - Recursos Ordinários e 01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação (MDE). Função 12 – Educação. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 Exceto elementos 01, 03, 91 e 97	10.082.143,85
(+) Valor retido referente ao FUNDEB. (Conta contábil 62131010000)	10.822.920,27
(-) Receitas Recebidas do Fundeb mais os respectivos rendimentos financeiros	-10.759.985,23
(h) Despesas empenhadas com recursos do Fundeb mais os respectivos rendimentos financeiros	8.817.091,15
(=) Total de recursos aplicados no Ensino provenientes de impostos	18.962.170,04
Total da Receita Base	66.667.440,90
Percentual sobre a Receita Base (k)	28,44%
Situação (L)	Regular

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

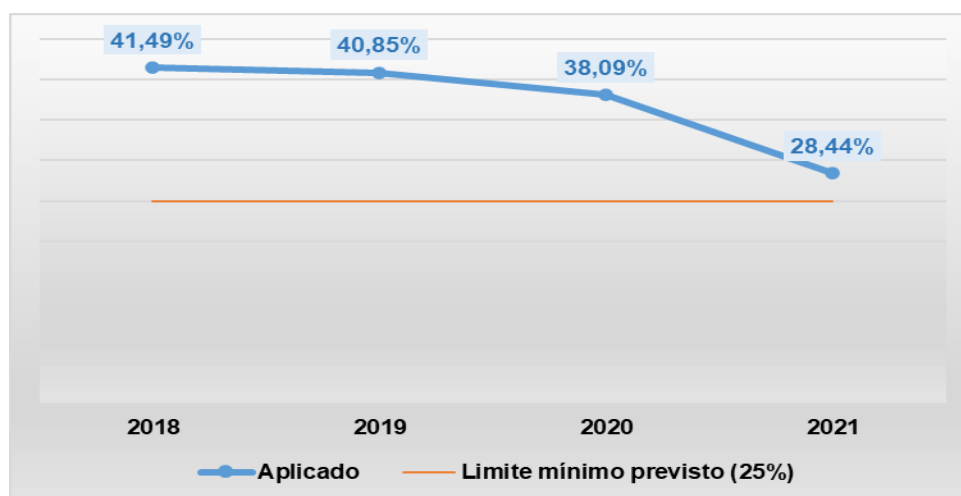
60. A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2018 a 2021, indica que a Administração Municipal de Campos de Júlio vem cumprindo a exigência constitucional, como se pode observar no Quadro 25:

QUADRO 25 - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (ART. 212 CF) - 2018 A 2021

Ano	2018	2019	2020	2021
Valor Mínimo Fixado	25,00%			
Aplicado	41,49%	40,85%	38,09%	28,44%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

GRÁFICO 29 - % APLICADO NA EDUCAÇÃO



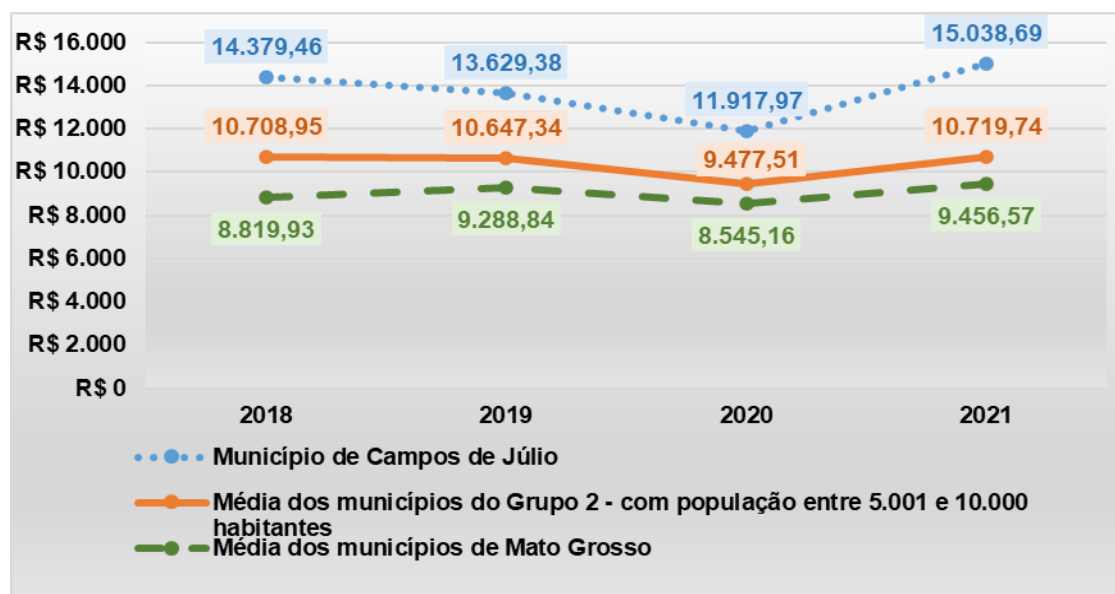
Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





61. O gráfico 30 demonstra o investimento em educação, por aluno, feito pelo Município de Campos de Júlio. Nos anos de 2018 a 2021, o município manteve-se acima da média dos municípios do Grupo 2 e da média dos municípios de Mato Grosso.

GRÁFICO 30 - INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO POR ALUNO - 2018 A 2021 – ATUALIZADO PELO IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

6.1.2. Contribuição e Receitas na Educação Básica

62. A contribuição para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB alcançou o montante de **R\$ 10.822.920,27** (dez milhões, oitocentos e vinte e dois mil, novecentos e vinte reais e vinte e sete centavos). A receita proveniente do Fundo totalizou **R\$ 10.716.841,15** (dez milhões, setecentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e um reais e quinze centavos), nos termos da Lei n.º 11.494/2007.

QUADRO 26 - CONTRIBUIÇÃO E RECEITAS DO FUNDEB

DESCRIÇÃO	BALANÇO (R\$)
Receita do FUNDEB	10.716.841,15
Retenção - FUNDEB	10.822.920,27
Diferença	-106.079,12

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais)





6.1.3. Recursos do FUNDEB gastos com Remuneração dos Profissionais da Educação:

63. Dos recursos recebidos em razão do FUNDEB, **81,94%** (oitenta e um inteiros e noventa e quatro centésimos percentuais) foram utilizados na remuneração dos profissionais/professores da rede pública de ensino.

QUADRO 27 - CÁLCULO DO LIMITE CONSTITUCIONAL DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
A) Valor da receita do FUNDEB	10.716.841,15
B) Rendimento Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	43.144,08
(C) Gasto com remuneração e valorização dos profissionais do magistério ensinos infantil e fundamental	8.817.091,15
(D) % da aplicação s/ a receita do FUNDEB (C/(A+B))	81,94%
Percentual aplicado (acima ou abaixo) do limite	11,94%

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais)

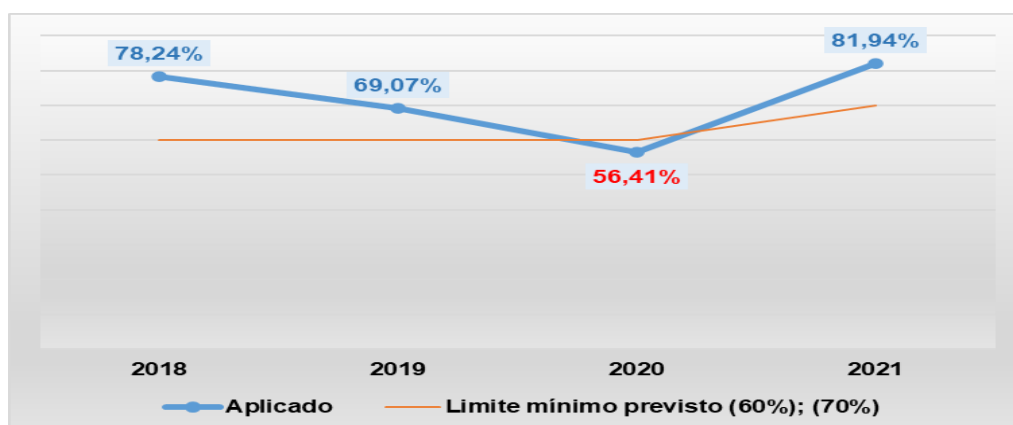
64. Ao pesquisar a série histórica da remuneração dos profissionais do Magistério, no período de 2018 a 2021, é possível concluir que o Município investiu em percentual superior ao estabelecido em lei na remuneração dos educadores, exceto em 2020, conforme ilustrado no Quadro 28:

QUADRO 28 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (%) - 2018 A 2021

Ano	2018	2019	2020	2021
Valor mínimo fixado		60,00%		70,00%
Aplicado	78,24%	69,07%	56,41%	81,94%

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais)

GRÁFICO 29 - % APLICADO NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





6.2. Saúde:

65. Campos de Júlio aplicou em Ações e Serviços Públicos de Saúde, em 2021, o montante de **R\$ 10.643.202,75** (dez milhões, seiscentos e quarenta e três mil, duzentos e dois reais e setenta e cinco centavos), correspondentes a **16,14%** (dezesseis inteiros e quatorze centésimos percentuais) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os art. 158 e 159, inciso I, alínea “b”, e § 3º, todos da Constituição da República.

QUADRO 29 - RECEITAS COM PERCENTUAL VINCULADO À SAÚDE

	Valor
Receita Tributária	5.466.628,84
IRRF	2.362.103,67
IPTU	661.776,34
ITBI	1.874.030,85
ISSQN	568.717,98
Dívida Ativa Proveniente de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	1.021.259,23
Juros e multas provenientes de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	5.008.625,39
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	81.014,30
Transferências Correntes	54.356.258,53
Cota-Parte FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.887.458,97
Cota Parte ICMS	39.786.651,57
Cota-Parte IPI Exportação (LC 61/89)	241.649,17
Cota-Parte ITR	4.402.688,51
Cota Parte IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	1.037.810,31
Base de Cálculo	65.933.786,29
Valor Mínimo (15%)	9.890.067,94
TOTAL APLICADO EM 2021 (R\$)	10.643.202,75
TOTAL APLICADO EM 2021 (%)	16,14%
Estimativa de População do Município - IBGE – 2021	7.245
Despesa com Saúde (por habitante)	1469,04

Fontes: IBGE e Site TCE MT(Contas Anuais)





QUADRO 30 - DESPESAS REALIZADAS COM A SAÚDE - R\$

DESPESAS	Valor
(+) Total da Despesa Empenhada na Função 10 – Saúde. (Fonte/destinação de Recursos 00 e 02)	10.839.126,82
(-) Despesas Empenhadas na Função 10, com Detalhamento de Fontes 070000, 071000, 072000, 073000, 074000, 075000, 076000, 077000, 078000, 080000, 081000 e 082000. Fonte/destinação de Recursos 00 e 02.	-194.676,18
(-) Outras despesas empenhadas que não se enquadram em ações e serviços públicos de Saúde e saneamento. Função 10. Subfunção 122, 301, 302, 303, 304, 305, 306. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 Exceto elementos 01, 03, 91 e 97	-1.247,89
(=) Total de despesas realizadas em ações e serviços públicos de saúde	10.643.202,75
Percentual Aplicado	16,14%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

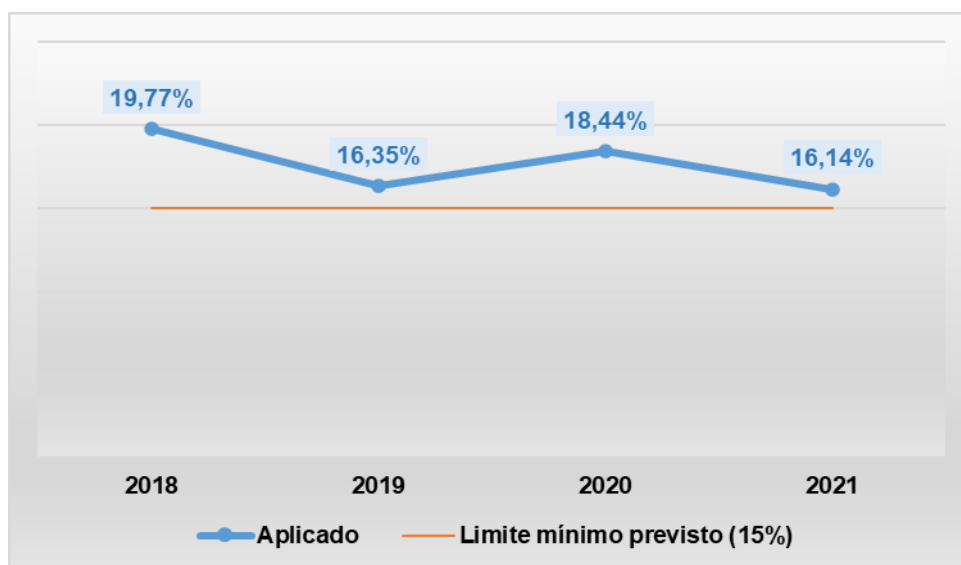
66. Os gastos com ações e serviços públicos de saúde, no período de 2018 a 2021, atenderam à exigência constitucional e superaram o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado no Quadro 31:

QUADRO 31 - GASTOS COM SAÚDE (%) - 2018 A 2021

Ano	2018	2019	2020	2021
Valor mínimo fixado	15,00%			
Aplicado	19,77%	16,35%	18,44%	16,14%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

GRÁFICO 30 - % APLICADO NA SAÚDE



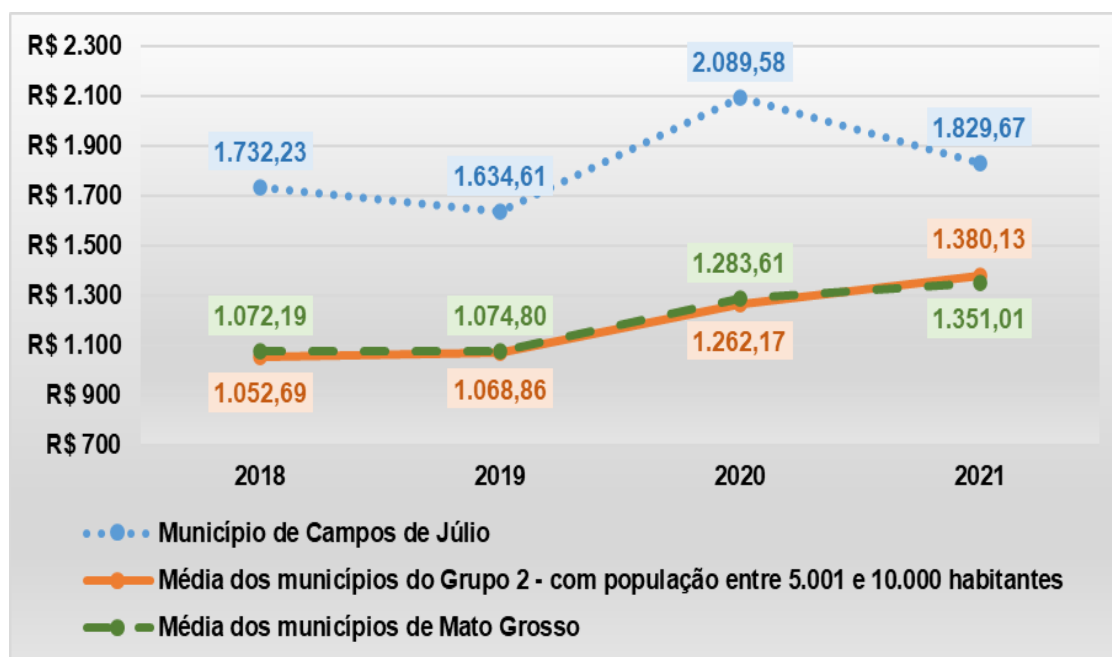
Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





67. A série histórica da despesa realizada com saúde *per capita* pelo Município de Campos de Júlio, no período de 2018 a 2021, indica oscilação. Ficando acima da média do Grupo 2 e da média estadual, conforme se pode observar no Gráfico 33:

GRÁFICO 31 - DESPESA COM SAÚDE *PER CAPITA* - 2018 A 2021 – ATUALIZADA PELO IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

6.3. Gasto com Pessoal:

6.3.1. Despesa com Pessoal do Poder Executivo

68. A despesa total com pessoal do Poder Executivo foi de **R\$ 33.460.702,22** (trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta mil, setecentos e dois reais e vinte e dois centavos), correspondentes a **42,71%** (quarenta e dois inteiros e setenta e um centésimos percentuais) do total da Receita Corrente Líquida. Os percentuais aplicados ficaram dentro do limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento), fixado pelo art. 20, inc. III, alínea b da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF conforme Quadro 32:



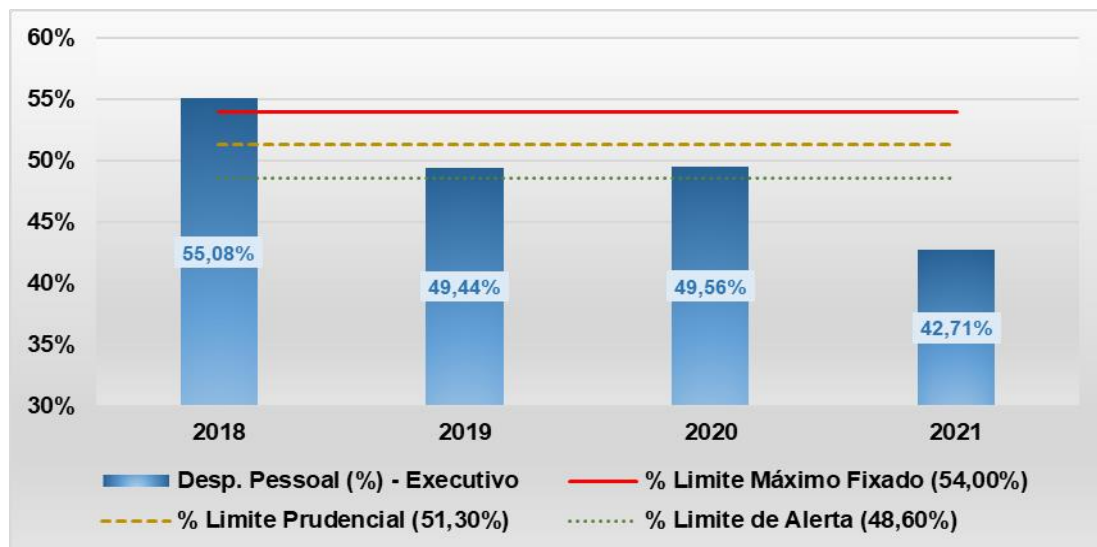


QUADRO 32 - BASE DE CÁLCULO: PESSOAL - RCL

	Balanco
RECEITAS CORRENTES	78.326.616,46
Impostos, Taxas e Contribuições	13.310.350,07
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.439.239,40
IPTU	1.273.787,70
ITBI	1.880.472,47
ISSQN	6.219.205,43
Taxas	1.267.540,93
Contribuição de Melhoria	230.104,14
Receita de Contribuições	514.729,77
Receita Patrimonial	1.427.354,90
Receita de Serviços	1.125.114,51
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	71.970.313,82
Transferências da União	18.119.428,38
Transferências do Estado	43.134.044,29
Transferência FUNDEB	10.716.841,15
Outras Receitas Correntes	1.158.749,74
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	560.765,44
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	330.625,34
Demais Receitas Correntes	267.358,96
Deduções	-11.179.996,35
FUNDEB	-10.822.920,27
Outras Deduções	-357.076,08
BASE DE CÁLCULO - RCL	78.326.616,46
GASTO MÁXIMO COM PESSOAL (54%)	42.296.372,89
Total Gasto com Pessoal em 2021	33.460.702,22
Percentual gasto com Pessoal em 2021	42,71%
Habitantes no município	7.245
Receita Corrente Líquida por Habitante	10.811,13

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

GRÁFICO 32 - % APLICADO COM DESPESA DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





6.3.2. Despesa com Pessoal do Município

69. O município aplicou o total de **44,09%** (quarenta e quatro inteiros e nove centésimos percentuais) da Receita Corrente Líquida na despesa total com pessoal do município, que corresponde ao valor de R\$ 34.534.347,57 (trinta e quatro milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta e sete centavos). Os percentuais aplicados ficaram dentro do limite máximo de 60% (sessenta por cento), fixado pelo art. 19, inc. III da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, como demonstrado nos Quadros 33 e 34:

QUADRO 33 - DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO

Descrição	R\$ - Balanço
1 – Despesa Bruta com Pessoal (A)	34.534.347,57
1.1 – Pessoal Ativo	33.350.701,56
1.3 – Outras Despesas de Pessoal – Contratos de Terceirização	1.183.646,01
2- Despesas não Computadas (B)	0,00
Despesa Total com Pessoal C =(A - B)	34.534.347,57

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

QUADRO 34 - DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO (%)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)	% DA RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	78.326.616,46	-
LIMITE LEGAL - 60% da RCL	46.995.969,88	60,00%
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	34.534.347,57	44,09%
Executivo (Limite máximo: 54%)	33.460.702,22	42,71%
Legislativo (Limite máximo: 6%)	1.073.645,35	1,37%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

70. A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida, no período de 2018 a 2021, manteve-se abaixo do valor máximo permitido, exceto em 2018. Com relação ao percentual dos gastos com pessoal do município, no mesmo período, o resultado situou-se abaixo do limite máximo, conforme se observa no Quadro 35:

QUADRO 35 - HISTÓRICO DE DESPESA COM PESSOAL (%) - 2018 A 2021

Ano	2018	2019	2020	2021
% máximo fixado (Executivo)	54,00%			
Aplicação - Executivo	55,08%	49,44%	49,56%	42,71%
%r máximo fixado (Município)	60,00%			
Aplicação - Município	56,94%	51,25%	51,50%	44,09%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





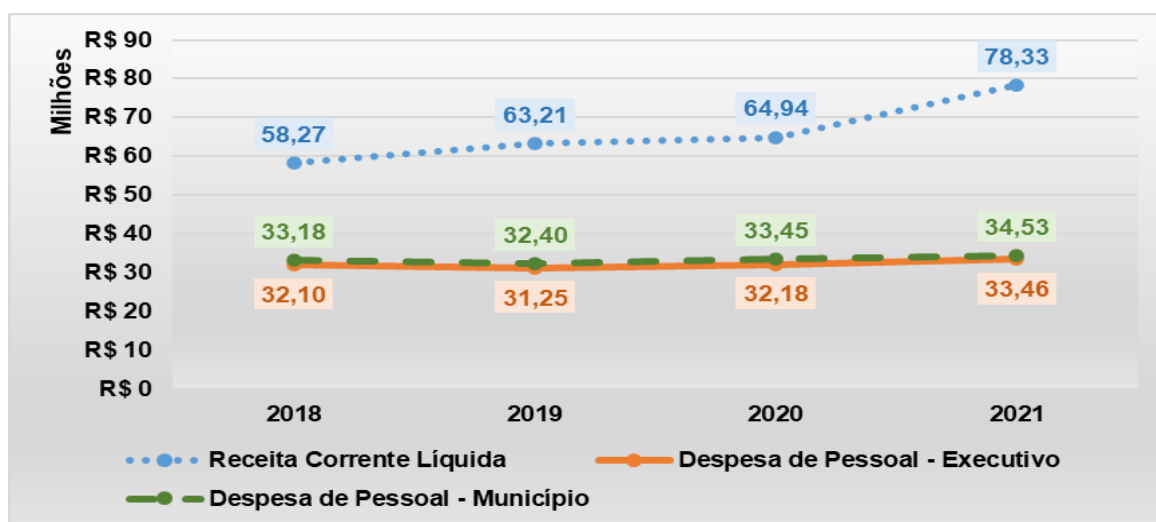
GRÁFICO 335 - % APLICADO COM DESPESA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

71. A série histórica da Receita Corrente Líquida e da Despesa de Pessoal do Poder Executivo e do município no período de 2018 a 2021, está demonstrada no Gráfico 36.

GRÁFICO 34 - EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA E DESPESA DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO E DO MUNICÍPIO – ATUALIZADA PELO IPCA



Fonte: Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

6.4. Repasse ao Poder Legislativo:

72. O Poder Executivo repassou à Câmara Municipal o montante de **R\$ 1.719.932,14** (um milhão, setecentos e dezenove mil, novecentos e trinta e dois reais e quatorze centavos), equivalente a **3,62%** (três inteiros e sessenta e dois centésimos percentuais)





da receita base arrecadada no exercício anterior, situando-se, portanto, dentro do limite constitucional, que é de **7%** (sete por cento).

QUADRO 36 - REPASSE PARA O LEGISLATIVO - ART.29-A, CF/88

Repasse (R\$)	Receita Base (R\$)	% sobre a Receita Base	Limite Máximo	Situação
1.719.932,14	47.441.563,06	3,62%	7,00%	Regular

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

73. A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2018 a 2021, manteve-se dentro do limite máximo permitido, conforme se observa no Quadro 37:

QUADRO 37 - REPASSE PARA O LEGISLATIVO (%) - 2018 A 2021

	2018	2019	2020	2021
Valor máximo fixado	7,00%			
% repassado	7,00%	4,73%	3,60%	3,62%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

6.5. Síntese da Observância dos Principais Limites

74. O Quadro 38 sintetiza os percentuais alcançados:

QUADRO 38 - PRINCIPAIS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS ALCANÇADOS

Objeto	Norma	Limite Previsto	Percentual Alcançado
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	CF: Art. 212	Mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.	28,44%
Ações e Serviços de Saúde	CF: art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT	Mínimo de 15% da receita de impostos refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal	16,14%
Despesa Total com Pessoal do Município	LRF: Art. 19, III	Máximo de 60% sobre a RCL	44,09%
Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo	LRF: Art. 20, III, b	Máximo de 54% sobre a RCL	42,71%
Repasse ao Poder Legislativo	CF: Art. 29-A	Máximo de 7% sobre a Receita Base	3,62%
Remuneração do Magistério	Lei 14.276/2021: art.26, §2º.	Mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB	81,94%





7. Indicadores

7.1. Carga Tributária *per capita*

75. O indicador de Carga Tributária per capita aponta a contribuição de cada habitante para o financiamento do setor público no Município. Em 2021, a Carga Tributária per capita de Campos de Júlio, que é de R\$ 1.791,55 (um mil, setecentos e noventa e um reais e cinquenta e cinco centavos), esteve acima da média dos municípios do Grupo 2, R\$ 667,42 (seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos) e acima da média dos municípios mato-grossenses, R\$ 990,51 (novecentos e noventa reais e cinquenta e um centavos).

76. É legítima a tese de que quanto maior a eficácia tributária, em que a administração pública conjuga o exercício da competência de instituir com o dever de arrecadar o tributo, maior será a possibilidade de promoção da justiça fiscal.

77. Inclusive, a expressiva distância entre a menor e a maior carga demonstrada nesse ranking merece atenção por parte dos governos municipais, para verificar a relação existente entre seus indicadores de carga e os indicadores de eficácia tributária.

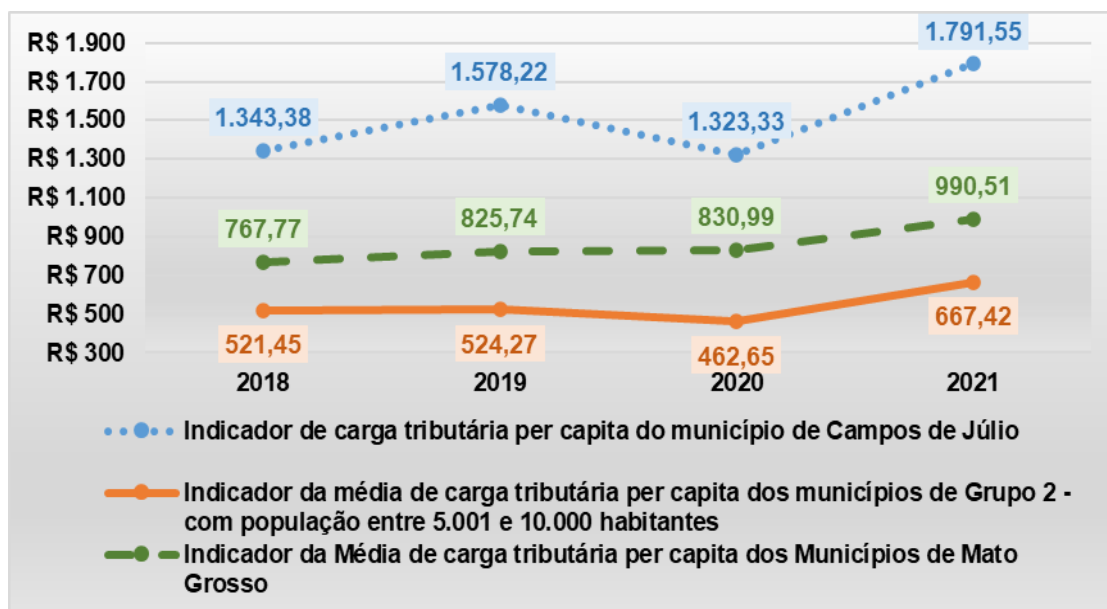
78. O tema envolve grande complexidade e este não é o instrumento adequado ou mesmo oportuno, para o seu estudo. Entretanto, sob a ótica do cidadão, a carga tributária ideal é aquela em que rigorosamente todo indivíduo contribui, no limite da sua capacidade, para que a arrecadação seja suficiente para realizar os serviços e os investimentos necessários ao bom desempenho das políticas públicas.

79. Esses indicadores demonstram que o Município de Campos de Júlio, mesmo estando acima das média do Grupo 2 e da estadual, implementou políticas para o aumento da arrecadação de Receita Própria Tributária, no período de 2018 a 2021, tendo aumentado em 33,36% (trinta e três inteiros e trinta e seis centésimos percentuais) a Carga Tributária per capita, como se pode observar no Gráfico 37.





GRÁFICO 37 - INDICADOR DE CARGA TRIBUTÁRIA *PER CAPITA* - 2018 A 2021 – ATUALIZADO PELO IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

7.2. Investimento *per capita*

São despesas realizadas com o propósito de criar bens patrimoniais ou de uso da população, ou seja, são destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. O indicador demonstra qual o montante de despesa realizada de investimento por habitante.

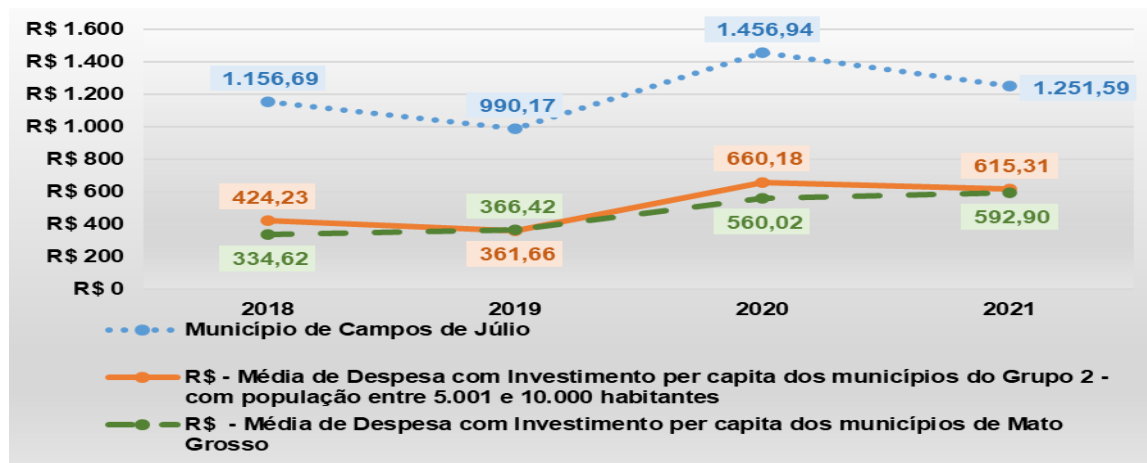
80. Nesse indicador, Campos de Júlio obteve resultado superior ao da média dos municípios do Grupo 2, R\$ 615,31 (seiscentos e quinze reais e trinta e um centavos), apresentando resultado de R\$1.251,59 (um mil, duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta e nove centavos) de investimento per capita; o resultado ficou acima da média dos municípios de mato-grossenses que é R\$ 592,90 (quinhentos e noventa e dois reais e noventa centavos).

81. O Gráfico 38 demonstra os valores de investimento, pelo município, per capita, no período de 2018 a 2021.





GRÁFICO 38 - DESPESA COM INVESTIMENTO PER CAPITA - 2018 A 2021 – ATUALIZADO PELO IPCA

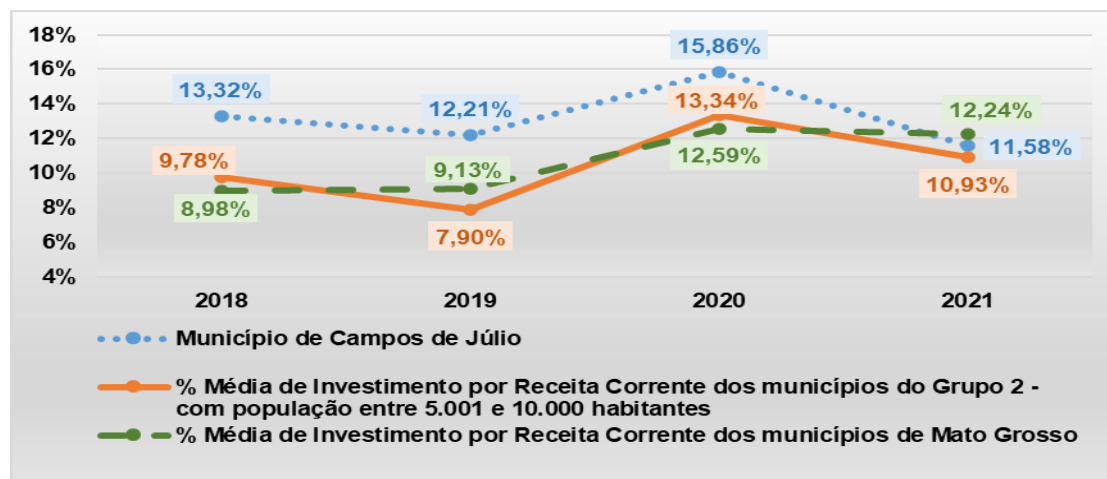


Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022

82. Esses indicadores demonstram que houve oscilação nos índices de investimento per capita. O ápice ocorreu no exercício de 2020, quando foram aplicados R\$1456,94 (um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa e quatro centavos). Nesse período, o acréscimo no investimento per capita foi de 8,2% (oito inteiros e vinte centésimos percentuais).

83. Quando comparado às receitas correntes, verifica-se que o investimento apresentou redução, pois, em 2018, representava 13,32% (treze inteiros e trinta e dois centésimos percentuais), tendo atingido, em 2021, 11,58% (onze inteiros e cinquenta e oito centésimos percentuais) da receita corrente.

GRÁFICO 35 - % DE INVESTIMENTO POR RECEITAS CORRENTES - 2018 A 2021



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022





7.3. Indicador de Poupança Corrente

Este indicador procura verificar se o ente está fazendo poupança suficiente para absorver um eventual crescimento de suas despesas correntes acima do crescimento das receitas correntes⁶.

A avaliação da capacidade de pagamento dos entes, realizada pelo Tesouro Nacional, é parte da sistemática observada pela STN quando analisa a concessão de garantia da União aos entes subnacionais. Nesse sentido, é pré-requisito para concessão de aval para contratação de operações de crédito por Estados, Distrito Federal e Municípios. A alteração da metodologia da CAPAG faz parte de um amplo processo de modernização do sistema de garantias para torná-lo mais eficiente, seguro e transparente, assegurando que os Entes apenas celebrem contratos de operação de crédito em volumes sustentáveis. Ela será o principal indicador de saúde fiscal utilizado pelo Tesouro Nacional para definir a trajetória de endividamento dos Entes⁷.

84. De acordo com a Portaria nº 501/2017, cada indicador econômico-financeiro, ou seja, a cada indicador de endividamento, poupança corrente e liquidez, será atribuída uma letra – A, B ou C – que representará a classificação parcial do ente naquele indicador, ressaltando que quanto menor o indicador melhor a classificação.

85. O Indicador de Poupança Corrente é um dos três indicadores econômico-financeiros utilizados análise de capacidade de pagamento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), implementado pela referida portaria, cujo cálculo baseia-se na média ponderada, na relação entre despesa corrente e Receita Corrente Ajustada (liq. Fundeb) dos últimos três exercícios, com os pesos 0,20, 0,30 e 0,50, para os exercícios de 2019 a 2021, respectivamente, e será avaliado conforme discriminado no Quadro 39.

QUADRO 39 - CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DO INDICADOR DE POUPANÇA CORRENTE

INDICADOR	FAIXAS DE VALORES	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
Poupança Corrente - PC	PC < 90%	A
	90% ≤ PC < 95%	B
	PC ≥ 95%	C

⁶

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/590946/CPU_MODULO_17_Sustentabilidade_fiscal_dos_entres_subnacionais.pdf/ce8d792b-f429-47d7-9162-7def228c0eaa

⁷ <http://tesouro.gov.br/sistemagarantiauniao>





86. O Indicador de Poupança Corrente presente neste relatório, está baseado nos critérios e metodologias estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. No entanto, as informações utilizadas para seu cálculo são extraídas do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC.

87. O Município de Campos de Júlio, no período de 2019 a 2021, ficou melhor que a média do Grupo 2, 84,71% (oitenta e quatro inteiros e setenta e um centésimos percentuais) e melhor que a média estadual, 83,85% (oitenta e três inteiros e oitenta e cinco centésimos percentuais), tendo alcançado 73,46% (setenta e três inteiros e quarenta e seis centésimos percentuais) de Poupança Corrente, e obtido, assim, classificação A. Com relação ao exercício de 2021, sua capacidade de Poupança Corrente melhorou para 67,19% (sessenta e sete inteiros e dezenove centésimos percentuais), não alterando sua classificação A, como se observa no Quadro 40.

QUADRO 40 - INDICADOR DE POUPANÇA CORRENTE

Município de Campos de Júlio (2019-2021)	Grupo 2 - com população entre 5.001 e 10.000 habitantes (2019-2021)	Média Estadual (2019-2021)	Classificação do Município de Campos de Júlio (2019-2021)	Município de (2021)	Classificação do Município de (2021)
73,46%	84,71%	83,85%	A	67,19%	A

7.4. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED

88. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego. Atualmente, os principais objetivos do CAGED são: a) acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e dispensa do empregado; b) estabelecer medidas contra o desemprego e dar assistência aos desempregados; c) subsidiar a fiscalização do trabalho; Viabilizar o Pagamento do Seguro-Desemprego; e) atender à Reciclagem Profissional e a recolocação no mercado de trabalho (Intermediação); f) compor o CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais; e g) gerar estatísticas conjunturais sobre o mercado de trabalho celetista.





89. A série histórica de 2018 a 2021 do Município de Campos de Júlio, revela que houve redução do emprego formal, com exceção em 2021, como informa o Quadro 41:

QUADRO 41 - FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL - 2018 A 2021

Ano	Município		Variação Absoluta (a-b)
2018	admissões (a)	2.352	618
	desligamentos (b)	1.734	
2019	admissões (a)	2.016	14
	desligamentos (b)	2.002	
2020	admissões (a)	1.341	-157
	desligamentos (b)	1.498	
2021	admissões (a)	2.072	239
	desligamentos (b)	1.833	

Fonte: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#

OBS: Ano 2021 – Base – set/21

90. O Ministério do Trabalho, com vistas a complementar as informações contidas na Nota Técnica n.º 082/2011, de 18 de janeiro de 2011, e diante do objetivo de retratar com maior fidedignidade a realidade do mercado de trabalho formal celetista, passou, a partir da competência de janeiro de 2011, a divulgar duas séries de emprego com base no CAGED.

91. Uma série contempla os ajustes e considera as declarações entregues fora do prazo; a outra desconsidera os ajustes, buscando não interromper a série histórica, amplamente utilizada pelos pesquisadores da área do trabalho.

QUADRO 42- FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL COM AJUSTES - 2021

Total das Atividades			
IBGE Setor	Admitidos	Desligados	Saldo
2 - IND TRANSF	217	203	14
3 - SERV IND UP	9	5	4
4 - CONSTR CIVIL	27	21	6
5 - COMERCIO	275	272	3
6 - SERVICOS	139	109	30
8 - AGROPECUARIA	1374	1407	-33
Total	2041	2017	24

Fonte: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#

OBS: Ano 2021 – Base – set/21





QUADRO 43 - OCUPAÇÕES COM OS MAIORES E MENORES SALDOS - 2021

Ocupações com Maiores Saldos				Ocupações com Menores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo	CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
641010 - OPERADOR DE MAQUINAS DE BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS AGRICOLAS	319	281	38	641015 - TRATORISTA AGRICOLA	96	133	-37
622205 - TRABALHADOR DA CULTURA DE ALGODAO	23	1	22	622020 - TRABALHADOR VOLANTE DA AGRICULTURA	233	258	-25
782510 - MOTORISTA DE CAMINHAO (ROTAS REGIONAIS E INTERNACIONAIS)	69	50	19	621005 - TRABALHADOR AGROPECUARIO EM GERAL	137	159	-22
811425 - OPERADOR DE EQUIPAMENTO DE DESTILACAO DE ALCOOL	53	34	19	784205 - ALIMENTADOR DE LINHA DE PRODUCAO	35	57	-22
513505 - AUXILIAR NOS SERVICOS DE ALIMENTACAO	32	21	11	784125 - OPERADOR DE PRENSA DE ENFARDAMENTO	7	20	-13

Fonte: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#

OBS: Ano 2021 – Base – set/21

QUADRO 44- SALÁRIO MÉDIO DE ADMISSÃO - 2021

Total das Atividades	
IBGE Setor	Salário Médio de Admissão (R\$)
2 - IND TRANSF	1947,48
3 - SERV IND UP	3161,11
4 - CONSTR CIVIL	1366,89
5 - COMERCIO	1331,90
6 - SERVICOS	1571,55
8 - AGROPECUARIA	1745,01

Fonte: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#

OBS: Ano 2021 – Base – set/21

8. COVID-19

8.1. Receitas e Despesas – Covid-19

92. Por meio da Lei Complementar nº 173/2020, o Governo Federal estabeleceu o Programa Federativo de Enfretamento ao Coronavírus SARS-CoV (Covid-19), o qual abrange a suspensão dos pagamentos das dívidas contratadas entre a União, os Estados e o Distrito Federal, e os Municípios; reestruturação de operações de crédito interno e externo junto ao sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito; e entrega de recursos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito





Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

93. E ainda, de acordo com a Lei nº 14.041/2020, a União prestará apoio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por meio da entrega do valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título dos Fundos de Participação de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal nos meses de março a novembro do exercício de 2020 e os valores creditados no mesmo período de 2019, anteriormente à incidência de descontos de qualquer natureza.

94. Por fim, a Lei nº 13.995/2020, dispõe que a União entregará às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio dos fundos de saúde estaduais, distrital ou municipais com os quais estejam contratualizados, auxílio financeiro emergencial no montante de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com o objetivo de prepará-los para trabalhar, de forma articulada com o Ministério da Saúde e com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, no controle do avanço da epidemia da Covid-19 no território brasileiro e no atendimento à população.

95. O Município de Campos de Júlio, recebeu o montante de R\$ 162.145,26 (cento e sessenta e dois mil, cento e quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos), para as ações de enfrentamento ao Covid-19 e a mitigação dos efeitos financeiros, conforme quadro a seguir:

QUADRO 45 - RECEITA ARRECADADA COVID - 2021

	Enfrentamento ao Coronavírus	Mitigação dos Efeitos Financeiros	Total	% do Total/ Receita Corrente
Município de Campos de Júlio	162.145,26	0,00	162.145,26	0,21%
Média das Receitas Arrecadadas (Covid) dos municípios do Grupo 2 - com população entre 5.001 e 10.000 habitantes	304.164,28	14.786,12	318.950,40	0,77%
Média Estadual	2.561.135,99	20.940,02	2.582.076,01	2,11%

Fonte: <https://covid.tce.mt.gov.br/extensions/covid/painel-receitas.html> . Atualizado em 31/05/2022





96. Em termos percentuais, quando comparado a Receita Corrente, o Município de Campos de Júlio, recebeu menos que a média do Grupo 2, e inferior à média estadual.

97. O Município de Campos de Júlio registrou despesas empenhadas Covid19, no montante de R\$ 323.799,77 (trezentos e vinte e três mil, setecentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos), desse montante 16,04% foram realizadas como despesa corrente e 83,96% como despesa de capital, conforme demonstrado no quadro 46.

QUADRO 46 – DESPESAS EMPENHADA X LIQUIDADA X PAGA - COVID-19 - 2021

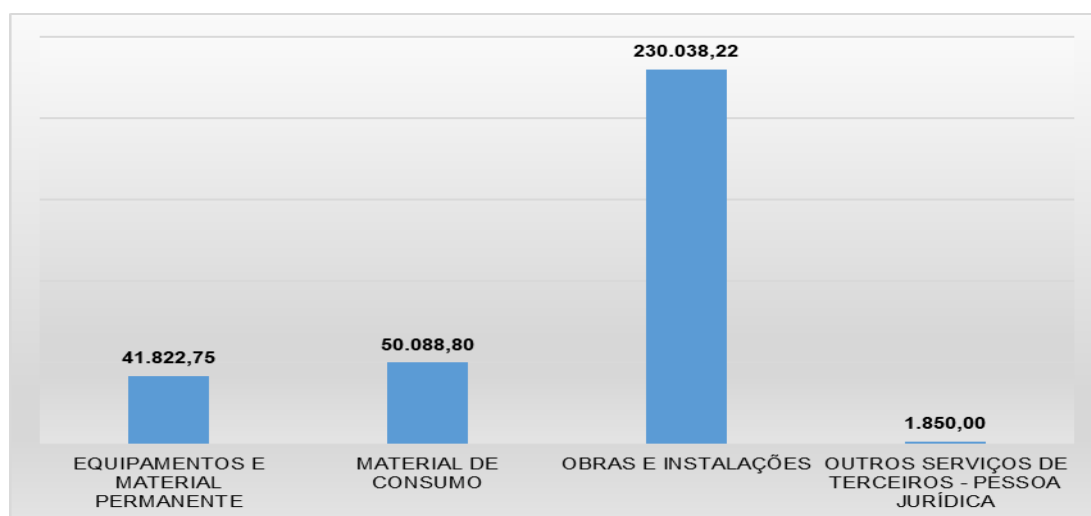
	Empenhada (a)	Liquidada (b)	Paga (c)
Município de Campos de Júlio	323.799,77	267.703,19	1.601.222,23
% Despesa Corrente	16,04%	18,57%	3,11%
% Despesa de Capital	83,96%	81,43%	96,89%
Média das Despesas Realizadas (Covid) dos municípios do Grupo 2 - com população entre 5.001 e 10.000 habitantes	637.138,99	599.531,33	706.952,71
% Despesa Corrente	88,15%	89,41%	78,26%
% Despesa de Capital	11,85%	10,59%	21,74%
Média Estadual	3.035.635,98	2.861.871,21	3.159.166,52
% Despesa Corrente	87,45%	88,18%	86,12%
% Despesa de Capital	12,55%	11,82%	13,88%

Fonte: <https://covid.tce.mt.gov.br/extensions/covid/painel-despesas.html>.

<https://covid.tce.mt.gov.br/extensions/covid/painel-receitas.html> Atualizado em 31/05/2022

98. O Gráfico 40 demonstra a despesa empenhada por elemento:

GRÁFICO 40 - DESPESAS COVID-19 POR ELEMENTO - 2021



Fonte: <https://covid.tce.mt.gov.br/extensions/covid/painel-despesas.html>. Atualizado em 31/05/2022





8.2. Receita Arrecadada x Despesa Realizada – Covid-19

99. Comparando a receita arrecadada Covid19 com as despesas liquidadas Covid19, no período 2020 a 2021, constata-se que 51,17% do montante arrecadado foi executado.

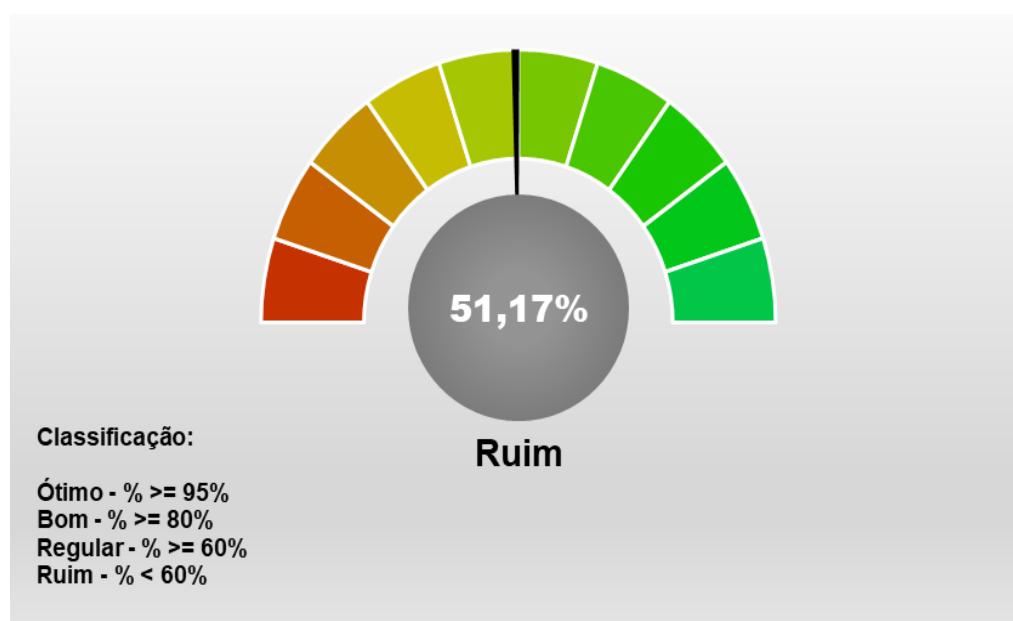
QUADRO 47 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO COVID19 - 2021

	2020	2021
Receita Arrecadada (a)	3.705.428,11	162.145,26
Despesa Liquidada (b)	1.711.142,68	267.703,19
Resultado Orçamentário (c=a-b)	1.994.285,43	-105.557,93
Receita Total - 2020/2021 (d)	3.867.573,37	
Despesa Liquidada Total - 2020/2021 (e)	1.978.845,87	
Resultado Orçamentário (f=d-e)	1.888.727,50	
% Execução Orçamentária	51,17%	

Fonte: <https://covid.tce.mt.gov.br/extensions/covid/painel-despesas.html>. Atualizado em 31/05/2022

100. O gráfico 41 demonstra o percentual de execução orçamentária referente a receita arrecadada – Covid19, o município de Campos de Júlio aplicou 51,17% (cinquenta e um inteiros e dezessete centésimos percentuais) do montante arrecadado, ficando abaixo da média do Grupo 2, 80,96% (oitenta inteiros e noventa e seis centésimos percentuais), e inferior a média estadual, 74,09% (setenta e quatro inteiros e nove centésimos percentuais).

GRÁFICO 41 - PERCENTUAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA COVID19 – 2020/2021





9. Do Relatório Técnico de Auditoria: Secex de Receita e Governo

101. Sob a coordenação da 3ª Secretaria de Controle Externo, a Auditora Público Externo Claudia Oneida Rouiller, após a análise do processo e, ainda, com base em informações prestadas a este Tribunal por meio do sistema APLIC, elaborou o relatório técnico preliminar de auditoria, no qual foram apontadas 3 (três) irregularidades, atribuídas ao Prefeito.

102. Regularmente citado, o senhor Irineu Marcos Parmeggiani, apresentou sua defesa com as justificativas e documentos que entendeu pertinentes. Depois de analisada, a equipe concluiu pela permanência de 3 irregularidades graves, classificadas nos termos da Resolução Normativa 17/2010, atualizada pela Resolução 2/2015, conforme discriminadas a seguir:

1. **Item 1).** Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964). **FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03**

1.1. Abertura de R\$ 368.330,51 de créditos adicionais, na fonte 24, com a indicação de fonte de recurso oriunda de excesso de arrecadação inexistente. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

2. **Item 2).** Abertura de créditos adicionais por instrumento que não seja Decreto do Executivo (arts. 42 e 44 da Lei 4.320/1964). **FB06 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_06.**

2.1. Os créditos extraordinários não foram abertos para atendimento de despesas imprevisíveis e/ou urgentes (Lei Municipal nº 1.292/2021, Decreto 169/2021, R\$ 152.300,00), desrespeitando o CF/88 art. 167, § 3º c/c art 62 e Lei nº 4.320/64, artigo 41, III e 44 - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA





3. Item 3). Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais (arts. 165 a 167 da Constituição Federal). **FB13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_13.**

3.1. Resultado primário e nominal idêntico para valores correntes e constantes, não considerando a variação da inflação para o período e não definição de meta de resultado primário e nominal para os exercícios de 2022 e 2023, conforme determina o art. 4º, § 1º da LRF/00 e art. 5º, II da Lei 10.028/2000, prejudicando a utilização dos mecanismos de acompanhamento e controle da gestão fiscal instituídos na CRFB e LRF/2000, conforme Relatório de Acompanhamento da LDO/2021 (Apêndice A) - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

103. A atual autoridade política gestora apresentou alegações finais reforçando os argumentos apresentados em sua defesa.

10. Parecer do Ministério Público de Contas.

104. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 2383/2022, do Procurador Gustavo Coelho Deschamps, opinou pela emissão de Parecer Prévio Favorável à Aprovação das contas de governo da Prefeitura de Campos de Júlio, referentes ao exercício de 2021.

105. É o Relatório.

(assinatura digital)

Conselheiro VALTER ALBANO

Relator

